

ATA N.º 262

----- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte, no Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Período da Ordem do Dia

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara
- 1.2 Participação Variável no IRS 2021
- 1.3 Taxas do IMI 2021
- 1.4 IMI – Redução por Agregado Familiar
- 1.5 Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2021
- 1.6 Derrama 2021
- 1.7 Agim – Saída do Município como Associado
- 1.8 Orçamento 2020 – 11ª Alteração Modificativa
- 1.9 Compromissos Plurianuais – Autorização (Arrendamento Estacionamento)
- 1.10 Concurso para Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social – Designação do Júri
- 1.11 Concurso para Chefe de Divisão de Obras Municipais – Designação do Júri

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Tavares Mendes-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Belmiro Manuel Marques-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tony Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete

Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.----

--- Foram registadas as seguintes faltas: Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Belmiro Manuel Marques e Mariana Fernanda Martins de Bastos, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

Ordem de trabalhos

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 261, da sessão de 26 de junho de 2020, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

2 Correspondência:

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da seguinte correspondência recebida:-----

- Relatório do 1º semestre de 2020 da Freguesia de Sever do Vouga;-----
- No cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo 2º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, recebemos a comunicação de que a Câmara Municipal, na sua reunião de 09 de setembro 2020 aprovou as duas propostas sobre a isenção e restituição das tarifas RSU;-----
- Chegada do ofício e o relatório 1º semestre 2020 do auditor externo sobre a informação económica e financeira orçamental relativa ao Município de Sever do Vouga e que foi encaminhado para todos os membros da Assembleia Municipal;-----
- Uma carta assinada pela senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e pelo senhor Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local referente à eleição indireta dos presidentes e vice-presidentes das comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), que decorrerá, em todo o país, no próximo dia 13 de outubro. A este propósito, dia 13 de outubro nós iremos convocar uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal para podermos proceder à votação e à eleição do presidente. De acordo com aquilo que vem nos diplomas, essa eleição decorrerá entre as 16:00 e as 20:00. Depois temos de acertar onde a mesa ficará, que será composta pelos elementos da mesa da Assembleia Municipal. Depois daremos mais elementos. Se todos concordam que se faça, desta forma verbal, a convocatória para o dia 13 de outubro e tomam, desde já, conhecimento que têm de vir cá nessa data. Depois faremos protocolo para assinatura. Essa votação ocorrerá em simultâneo em todo o país em todas as Assembleias Municipais.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Eu queria dar uma nota em nome dos três, em nome da mesa da Assembleia Municipal. Em nome da mesa, queria deixar uma palavra de conforto, solidariedade e coragem a todos os severenses atingidos nas últimas semanas pelo flagelo dos incêndios, bem como uma palavra de agradecimento não só a todos quando estiveram na linha da frente do combate aos mesmos, as corporações de bombeiros, com especial enfoque na nossa corporação que foi, de facto, incedível, mas todos, de facto, tiveram um comportamento extraordinário, o exército, a proteção civil, os meios aéreos, as associações, os particulares. Como a todos aqueles que, na retaguarda, garantiram o apoio necessário às largas centenas de operacionais que calcorream terreno. Por fim, fazemos votos para que todos os que têm responsabilidade nesta área, desde políticos, técnicos e proprietários, de uma vez por todas se sentem à mesa e discutam que floresta e território queremos deixar aos nossos filhos e aos nossos netos. Pensamos que está na altura de refletir, seriamente, de devemos continuar a apostar no eucalipto ou se queremos ter uma floresta mais diversificada, pensar nas populações, pensar no nosso

futuro, porque se continuarmos assim, de cinco em cinco ou seis em seis anos os incêndios vêm e levam novamente tudo.-----

-----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

Sérgio Silva – Boa tarde. Excelentíssimo presidente da Câmara, em 2013, os severenses receberam em suas casas o plano de ação da sua candidatura que tinha como lema “Pelos Pessoas”. Já em 2017, o lema da candidatura mudou para “Por Sever Continuar a fazer”. Mais três anos passaram, mas as pessoas deste concelho estão esquecidas, por isso, é preciso voltar a pegar no lema “Pelos Pessoas”. Desta forma, quero introduzir o tema que hoje me traz aqui e, de seguida, procurarei personificar os severenses na pessoa do “José”: O primeiro “José” tem 76 anos, vive sozinho, é solteiro, não tem filhos e vive com € 300,00 de uma pensão relativa a dez anos de trabalho em França. O “José” é diabético, hipertenso, tem problemas respiratórios, apresenta demência e problemas de equilíbrio. Com os trezentos euros tem que pagar a alimentação, medicamentos, transporte para as consultas em Aveiro e todas as outras despesas. Os familiares afastados há muito que solicitaram uma vaga num lar, contudo, a resposta sempre foi a mesma – “*não há vagas*”, nem nas várias IPSS de Sever, nem noutros locais. Várias vezes, este “José” foi encontrado caído em casa, o que levou os vizinhos a chamar a ambulância e foi ao hospital receber cuidados, ficando internado até que alguém o fosse buscar. A última vez que foi encontrado caído, já estava inanimado. Foi, novamente, para o hospital e por lá ficou meses até lhe arranjam uma vaga social. O segundo “José” tem 88 anos, vive sozinho, é viúvo, não tem filhos e vive com uma reforma de €400,00 relativa a uma vida de trabalho. A mobilidade já é pouca, tem também alguns problemas de saúde, mas está muito lúcido e o que pede é “*levem-me para um lar*”. Este “José” não se sente bem sozinho, sabe que já não tem força para se levantar em caso de uma queda, para aquecer a comida nem capacidade para gerir sozinho a medicação. Depois de contactadas todas as instituições do concelho e de ser feita a candidatura à Segurança Social para uma vaga, esperou-se, esperou-se e esperou-se até que não foi possível esperar mais. Porque estava fisicamente fraco, teve que ser transportado para o hospital, para ser tratado. Não tendo família direta, ninguém o foi buscar e tem que esperar por uma vaga social. Ainda está no hospital, com graves problemas de saúde e, se os ultrapassar, continuará por lá até que haja alguma instituição que o possa receber. O terceiro “José” tem 95 anos, vive sozinho, é viúvo e só tem um filho que está emigrado. É um homem autónomo e lúcido, tem algumas posses, mas não encontra vagas em nenhum lar que o possa acolher. Num dia de calor, no Verão, ligou ao presidente da sua junta de freguesia, por volta das 10 da manhã. Infelizmente, não foi possível ao presidente atender a chamada no imediato e só lhe retribuiu o contacto por volta das 12:00. O “José” já não atendeu e o telefone dava sinal de desligado. Apesar de estar de férias e longe de Sever, ao longo do dia, o presidente foi insistindo no telefonema, sempre sem sucesso. Ao final do dia, também outros vizinhos estranharam a ausência do “José” – “*É melhor irmos ver o que se passa*”. Encontraram o José morto, prostrado no chão da sala em frente ao telefone. Para este “José”, já não é possível evitar morrer sozinho, sem ninguém ao lado para lhe pegar na mão. Excelentíssimo senhor presidente, estes três tristes relatos são, infelizmente, uma realidade do concelho. Chamei “José”, mas poderia chamar “Manuel”, “Joaquim”, “Maria”, “Conceição” e tantos outros nomes. Em reunião de Câmara, o vereador Pedro Lobo perguntou-lhe o que iria fazer ao centro escolar de Couto de Esteves e ainda não obteve resposta. Por isso, permita-me pedir-lhe para arregaçar as mangas e aproveitar as instalações de uma escola que ajudou a fechar, estabelecer parcerias com uma IPSS que se comprometa a aumentar o número de camas para idosos no nosso concelho, a fazer as necessárias obras de adaptação, possibilitando

que mais pessoas não estejam sozinhas. O nosso concelho é um concelho de pessoas idosas, um concelho de pessoas vulneráveis e cada vez mais se parece um concelho de pessoas esquecidas. Senhor presidente, Sever do Vouga precisa de lares de idosos. Sever do Vouga não precisa de escolas com salas vazias. Regresse ao lema “Pelos pessoas”.-----

Patrícia Santos – Boa tarde a todos. Senhor presidente da mesa da assembleia municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público presente. Afinal, qual é a verdade meus senhores? Quantos são os casos ativos de Covid-19 no nosso concelho. Quantas pessoas estão em vigilância e ou de quarentena? Quantas pessoas já foram testadas no concelho? Como está a situação nas IPSS? Estas instituições estão controladas e com os testes Covid-19 em dia? Quais são as medidas preventivas e de sensibilização que foram aplicadas nos estabelecimentos comerciais além do despacho de 15 de setembro? E, nas empresas, que tipo de sensibilização tem sido feita pelo executivo? Mesmo sabendo que temos de retomar, aos poucos, a atividade cultural do concelho, será sensato promover os eventos culturais quando um por todo o país e pela Europa se reforçam medidas de contenção? Visto os jovens serem o grupo mais ativo de contágio neste momento, as campanhas de sensibilização, junto dos mesmos, estão a ser promovidas? Têm sido notórios os ajuntamentos no centro da vila nas noites de fim de semana. As entidades competentes, nomeadamente a GNR, têm feito rondas de forma a promover o distanciamento social? E nos postos de saúde, está tudo preparado para a segunda vaga? Temos médicos e enfermeiros suficientes para suprir as necessidades da população? Uma vez que, além da pandemia, estamos a entrar na época da gripe e os deslocamentos aos hospitais centrais são desaconselhados, que medidas adicionais foram implementadas? Não venham com a desculpa da transferência de competências na área da saúde ser só para o ano e estarem de pés e mãos atados, nem empurrem sempre para o ACeS Baixo Vouga. É da vossa competência e responsabilidade zelar e assegurar, sobretudo em tempos tão incertos como os que vivemos hoje, a saúde da população que em vós confiou, tal como prometeram há três anos atrás e está expressa no vosso manifesto de campanha. Tempos excecionais exigem medidas excecionais, em concordância com o poder central, mas não a reboque dele, porque cada concelho tem realidades diferentes. Já na assembleia municipal passada salientei que a consciência e a responsabilidade de cada um é determinante para a erradicação desta pandemia, mas quando se vê que essa consciencialização está a ser esquecida, é necessária a intervenção das entidades competentes e esse é o vosso papel. As campanhas de sensibilização são fundamentais, quer seja através de panfletos distribuídos porta a porta e nos estabelecimentos comerciais, quer seja através das redes sociais, por exemplo. Educar as pessoas para uma realidade que estará presente nas nossas vidas durante anos deve ser uma prioridade de forma a sustentar a saúde local e nacional, já para não falar na saúde económica dos severenses. Reforço que urge a implementação de uma página do município nas redes sociais. Aliás, em pleno século XXI, esta tacaidez reflete a vossa falta de visão em levar o município para o futuro. E antes que digam que a página da proteção civil lança as informações necessárias ao esclarecimento da população, lembro aqui, que a referida página não é atualizada desde 19 de agosto e lançar informações unicamente na página da Câmara Municipal não é estratégia, é preguiça. Segundo os virologistas o pior está para vir. Será que o município aprendeu com os erros da primeira vaga ou vamos continuar a remediar ao invés de prevenir?-----

Paulo Lourenço – Senhor presidente da mesa e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público presente, boa tarde. Usando o tempo de forma a ser o mais breve possível, hoje vou fazer perguntas diretas a ver se sempre são respondidas e, já que o senhor presidente da mesa nunca me deixa cá voltar, vamos tentar ser assim mesmo grosso. Estrada nacional 16 - após as cheias de 19 de dezembro último, ainda continua com grades. Até quando? As

árvores queimadas com herbicida, nas margens, vão ser substituídas? Se sim, por quem e quem as paga? Cabreia - após a retirada de verbas do Couto de Esteves, e a relembrar o arranjo do largo junto à casa paroquial, para obras que ainda não começaram, vão ser feitas agora que já terminou o verão? No final da época de maior número de visitantes, nem na Cabreia, nem no Couto se fez o que os senhores se propuseram fazer. Vendo bem, deve ter sido para continuar a boa manutenção dos equipamentos já existente que, em lado nenhum, se pode apontar algum reparo. Já que estamos no Couto, mais uma época banhar sem a prometida praia do Rôdo. Ao tempo que está a demorar, vai sair uma obra de fazer inveja a todos os concelhos vizinhos. A avenida Comendador Augusto Martins Pereira - entre o Sobreiral e o Calvário. Uma obra que também está para durar. Retira-se o passeio e deixa-se as casas sem acesso à rua, apenas pelas garagens, e as infraestruturas a descoberto, à espera que um carro ali se acidente, pois, a sinalização lá colocada, com muito tempo de espera que já leva, muito, mas muito, está muito danificada. Obras de pequeno porte são muitas vezes para empreiteiros e esta, que tem alguma monta, e que devia ser executada no menor espaço de tempo possível, tem de ser feita pelos poucos funcionários do município. Para quando a sua conclusão? Por último, monte do Castelo em Cedrim - muito se tem visto nas redes sociais sobre uma obra que, por lá, anda a ser feita. Assim sendo e para esclarecer, o executivo sabe do que se trata? Se sim, quem está a construir e qual a sua finalidade?-----

Tony Martins – Senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes das Juntas de Freguesia, minhas senhoras e meus senhores, comunicação social aqui presente. Caros Cidadãos, mais um verão que termina e caminhamos a passos largos para o final deste ano atípico que ficará certamente nas nossas memórias e marcará as nossas vidas para o futuro. Entretanto, a vida continua e teremos que aprender a conviver com esta nova realidade protegendo e valorizando todos os nossos recursos. Este concelho possui cerca de 70% da sua área ocupada por floresta. Podemos, portanto, afirmar que este é um importante recurso, pois permite, para além de uma valorização e criação de riqueza direta, a criação de oportunidades indiretas no sector do turismo assim como todas as vantagens paisagísticas e ambientais. Desde fevereiro de 2018 que temos alertado aqui em diversas sessões desta Assembleia Municipal na importância que é cumprir o Decreto-Lei n.º 10/2018, que estabelece a obrigatoriedade de Limpeza e gestão de Florestas. Esta ação é uma responsabilidade de todos, inclusive do Município. Se, por um lado, temos observado que, de forma geral, esta gestão tem sido cumprida pelos privados, no que respeita ao município, assistimos a um “relaxar” das suas obrigações. Ao município cabe o dever de assegurar que todas as pessoas estão informadas com ações de sensibilização, que os prédios sob sua administração estão conforme e cumprem as normas. E, não menos importante, assegurar que os caminhos florestais e de acesso aos pontos de água estão limpos e transitáveis. Surpreendente é o facto que a última publicação da página do serviço de proteção civil de Sever do Vouga tenha a data de 19 de agosto, mais de um mês, portanto, com a seguinte frase que passo a citar: *“Em caso de incêndio florestal, desimpeça as vias de circulação para a passagem dos meios de combate e mantenha-se vigilante”*. Isto faz-nos lembrar o célebre ditado: *“Olha para o que eu digo, mas não olhes para o que eu faço!”*. E, infelizmente, mais uma vez fomos afetados por um incêndio de grandes dimensões, mais de mil hectares de floresta arderam por estes “fenómenos” que nos atingem ciclicamente e onde foi possível constatar a dificuldade dos bombeiros em fazer chegar os equipamentos às frentes ativas pois os caminhos estavam intransitáveis. No entanto, queremos, desde já, agradecer a todas as corporações de bombeiros, aos voluntários, bem como à proteção civil o trabalho realizado e o espírito de missão em condições adversas, combatendo até à exaustão e com as dificuldades já aqui explanadas. Não queremos esquecer, também, os cidadãos que prontamente se disponibilizaram para prestar apoio e auxílio, defendendo propriedades, moradias e indústrias, contribuindo assim para um resultado menos penoso. A todos e em

nome da bancada do PSD, o nosso muito obrigado. Não queremos, com isto, criticar o trabalho de ninguém, mas sim alertar para a importância das medidas de prevenção, do Plano Municipal de Emergência aliado a um bom planeamento, é importante. Assim como reuniões regulares do Conselho Municipal de Segurança e do Conselho Municipal de Defesa da Floresta em articulação e coordenação com as demais entidades oficiais e diretamente envolvidas, tais como: os Bombeiros, GNR, Conselhos de Baldios e Juntas de Freguesia. Nesse sentido, perguntamos ao senhor presidente da Câmara, como representante máximo da proteção civil do concelho, se houve alguma reunião ou reuniões para definir estratégias e medidas de prevenção nesse sentido? Aproveitamos para perguntar quando foi a última reunião destes conselhos municipais. E, já agora, se o Plano Municipal de Incêndios foi revisto, analisado e aprovado? Muito obrigado pela vossa atenção.-----

Ana Tavares – Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor presidente da mesa e restantes membros, excelentíssimo executivo aqui presente, senhores presidentes de junta, senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social e público presente. Na minha última intervenção, nesta assembleia, pedi ao executivo que olhasse pelas nossas crianças. Infelizmente, nada foi tido em conta. Retiramos as nossas crianças das escolas, onde era possível garantir o distanciamento social e juntamo-las no novo centro escolar onde estão trezentas crianças, mais o corpo docente e não docente. Honestamente, não consigo perceber qual foi a necessidade em avançar com esta medida, em tempo de pandemia, e única e simplesmente, parece que isto é um capricho e nada mais. No primeiro dia de reuniões de pais da escola, no novo centro escolar, deparei-me com as portas do novo centro encerradas e um ajuntamento, garantidamente, de mais de cem pessoas no seu exterior, na presença dos membros deste executivo. Não percebi porque é que esta porta estava fechada. Questionei, e foi-nos dito que o empreiteiro tinha fechado a porta. Também não sei porquê. O que vos posso dizer é que havia pessoas a trabalhar no interior do centro porque, mais tarde, acabaram por abrir as portas depois de eu ter reivindicado e de pedido e de ter dito que não eram condições aquelas que estavam a ocorrer, nem as reuniões eram feitas no exterior da escola. Ainda sobre este novo centro escolar, eu deixo as seguintes questões: quando é que o referido centro escolar vai ter um contacto ou um telefone disponível, uma vez que, no primeiro dia não havia telefone e, até hoje, enquanto encarregada de educação, nunca recebi uma informação sobre isso. Se precisar de telefonar para a escola ou de falar com alguém, não sei o que faça. Ou tenho o contacto da professora que pode, ou não, querer disponibilizá-lo, ou de outra forma não tenho forma de contactar a escola. Gostaria, também, de perceber quantos são os funcionários ou assistentes operacionais que o município tem ao serviço, não só desta escola, das outras escolas que não encerraram e gostaria, se possível, que fizessem uma lista onde indicassem quais são os números de funcionários que o município tem disponibilizados para cada escola. O município, também, enquanto dono da obra, parece-me, a mim, que deveria ter alinhado com o projetista ou arquiteto da obra para que existisse um espaço coberto para que as nossas crianças pudessem brincar nos dias de chuva, até porque, foi-nos dito que não existe nenhum espaço. Também não sei até que ponto isto é verdade, mas gostaria que nos falassem sobre isto. Refiro, ainda, que a entrada do novo centro escolar, no meu entender, deixa muito a desejar, uma vez que é um espaço aberto e onde as nossas crianças e os pais têm que permanecer à chuva até entrar nesse dito centro. O que sugiro aqui é que o município tome medidas e que providencie uma cobertura para a entrada e que disponibilize, se assim for, um espaço coberto no novo centro para que as crianças não tenham que andar a brincar nos corredores, que foi o que aconteceu nestes dias de chuva. Devo deixar, aqui, uma outra informação, que eu não sei se corresponde à verdade, mas parece-me que sim, que é neste novo centro escolar há momentos em que temos uma pessoa com setenta crianças, única e exclusivamente. A mim custa-me um bocado porque eu acho que, de facto, se a mensagem do município era pelas pessoas, as nossas crianças também são pessoas e não me parece que seja isso que está a acontecer.-----

Presidente da Câmara Municipal – Obrigado, senhor presidente. Eu começava pela ordem de intervenções. Quanto ao senhor presidente da Junta de Couto de Esteves, tomei nota da sua proposta, embora sabendo ele, como eu, que a área da segurança social e dos lares não depende, eu diria, quase em nada, da Câmara Municipal. Depende apenas da nossa solicitação, da nossa força, do que iremos fazer, com certeza, nessa área. Passa por uma série de pareceres, desde a Comissão da Ação Social à própria Segurança Social, portanto, não se abre um lar onde nós queremos nem quando queremos. De qualquer maneira, registo aqui a sua proposta que, para já, não passa disso. Quanto à utilização do antigo centro escolar de Couto de Esteves, temos algumas ideias, mas não há ainda nada. É óbvio que nós não íamos avançar com qualquer proposta de utilização do espaço sem falar com o senhor presidente da junta. Temos algumas ideias, mas, neste momento, não há nada de concreto. Garanto-lhe que isto não é fácil. Primeiro, não é fácil conseguirmos que qualquer uma das IPSS atuais aceitem isto como delegação. Se foi difícil para os senhores “José” todos, que o senhor elencou, ter vaga num desses espaços, é-o também, com certeza, para que as IPSS aceitem ter mais uma delegação, porque isto passaria por uma delegação, sendo certo que, da parte da Segurança Social garanto-lhe que será muito difícil autorizar o funcionamento de mais um lar ou de uma IPSS. Fica o registo dessa situação para tentar saber qual é a situação. Relativamente à intervenção de Patrícia Santos, não tenho qualquer problema em dizer que a saúde não é da nossa competência ainda. Temos andado a falar com a ministra da saúde, com o secretário de Estado da Saúde, no sentido de melhorar algumas destas situações no concelho, sendo certo que não depende em exclusivo da Câmara, muito menos em relação às entidades que administram a saúde em Portugal, e temo-lo feito no sentido de fortalecer o sistema de saúde de Sever do Vouga. Está a decorrer um concurso para mais dois médicos. Em janeiro, também foi renovado o número de médicos e de assistentes administrativos no sistema. São coisas que levam o seu tempo, pois são concursos que, às vezes, levam meses a concluir, portanto, estamos convencidos que, pelo menos aquilo que era até aqui, se manterá com a inclusão desse reforço de médicos e desses novos concursos. Estamos a avançar com o Plano Municipal de Saúde e estamos com uma grande dificuldade em encontrar empresas especializadas que queiram pegar nisto. Já consultámos uma data de empresas de consultadoria, no Porto, inclusive, e muita gente não tem experiência nesta área e não aceita. Eu agradecia que, se tiverem alguém em mente, para além de contarmos com a Patrícia Santos e com outras pessoas que se disponibilizaram no município para o fazer, mas nós temos de ter alguém que trabalhe isto de forma muito mais técnica, portanto, agradecemos, se conhecer alguém que o faça, porque queríamos, efetivamente, avançar com o plano municipal de saúde. Relativamente à divulgação nas redes, registei isso. Nós estamos, há uns tempos, para melhorar a situação e promover essas redes sociais, mas, em relação à questão que pôs aqui do Covid, não estamos aqui para enganar ninguém. Aliás, não fazemos como alguns fizeram. Alguns municípios, enquanto as coisas corriam bem para o lado deles, divulgavam os dados nas redes sociais e todos os dias faziam comunicações nas redes. Quando as coisas começaram a piorar, deixaram de fazer essa informação. Nós mantivemos sempre o tipo de informação que temos na nossa página e que é atualizada sempre que é atualizada na DGS. Não somos nós que inventamos dados, limitamo-nos a publicar os dados que a DGS nos dá duas vezes por semana, habitualmente às terças e sextas, portanto, é essa a atualização que lá está e está milimetricamente desde março até agora sempre duas vezes por semana, quando vem a nova informação. Muitas vezes, temos dificuldade em saber quem são as pessoas e, se quer que lhe diga, também não estou muito preocupado com isso. Estou preocupado é com haver casos, porque saber quem é não me preocupa muito. Preocupa-me saber de que zona são, por causa dos contactos e dessas situações e isto é uma informação que, normalmente, a delegada de

saúde dá com alguma dificuldade. É preciso andar a pressionar muito para que eu consiga alguns desses dados mais pessoais, mas os números e a evolução dos números temo-la sempre e é essa que publicamos, não especulamos nem escondemos a informação que vem de lá. Há cerca de 15 dias, três semanas, estivemos quase a zero e já estamos outra vez com 5 casos ativos. Estamos preocupados e é bom que estejamos para evitarmos novos contágios, para tratarmos das situações da melhor maneira para que a pandemia não evolua de forma drástica. Neste momento, em relação aos lares, têm todos uma situação estável e não há nenhum caso positivo em nenhum lar das quatro instituições. Neste momento, não tenho conhecimento de qualquer caso positivo. Alguns fizeram testes ainda esta semana e todos deram negativo, portanto, não há nenhuma sinalização de nenhum caso em nenhum lar neste momento. Relativamente à intervenção de Paulo Lourenço, também registei as notas e os alertas. Sobre a E.N. 16, e não é só em relação à E.N. 16, temos procedimentos que levam o seu tempo a fazer após a aprovação do orçamento. Temos agora, em curso, uma data de empreitadas, mas todas elas levam o seu tempo a preparar. No caso da E.N. 16 também já está lançada a empreitada para o primeiro grande muro, mas é preciso lançar a empreitada e é preciso que tenha concorrentes, o que, connosco, em algumas delas, não tem acontecido. Ainda esta semana, tivemos mais uma que não teve concorrentes e era uma coisa relativamente fácil. É daquelas coisas que a gente nunca sabe como é que funciona. As maiores têm corrido bem, até, mas, às vezes vai a concurso e ninguém concorre ou concorre para não ganhar e para não poder ser adjudicado. Todos levam o seu tempo, portanto, não é nada que não quiséssemos fazer no imediato, mas essas coisas não são feitas assim porque têm regras que temos de cumprir. Relativamente às árvores substituídas, eu já tinha aqui dito uma vez que o projeto final ainda não está entregue e que inclui, também, a reposição de árvores que secaram, ou que se perderam, e a substituição das árvores que não estão em condições. Relativamente à Cabreia, o processo está para sair e não íamos intervir nela durante o verão, é precisamente ao contrário, é quando tem menos pessoas. Sobre as curvas do alargamento, foram intervenções rápidas para testar a passagem de camiões com infraestruturas de grande dimensão. Tivemos de fazer vários testes, alguns deles já com estruturas a passar para ir adaptando a estrada àquilo que é a passagem deles. Na ponte do Abade há um problema complicadíssimo porque o IP acha que aquilo mexe na estrutura da ponte e vai exigindo alterações ao projeto, portanto, há aqui ainda algumas afinações a fazer para ver se nós conseguimos remediar esta situação para que os camiões possam passar com aquelas estruturas muito maiores do que aquelas que são habituais. Há aí uma empresa que tem um contrato enorme, para vários anos, com uma multinacional, que é a Siemens, portanto, temos todo o interesse em que essa empresa cumpra o contrato porque isso é importante para nós e para a manutenção da empresa e das pessoas que lá trabalham. Não há um plano definido para ali, mas foram testadas algumas situações no local e temos de viver com aquilo que temos, sendo certo que o ideal era que tivéssemos uma estrada de acesso à A25 e não a temos ainda. Relativamente ao monte Castelo, estamos atentos a esse assunto, pois essa questão foi levantada na última reunião de Câmara. Encontra-se em averiguação na secção de obras para ver se é necessária alguma coisa em termos de licenciamento, mas penso que terá a ver com a colocação de novas infraestruturas de torres com as novidades do 5G. Da parte do membro Tony Martins, avançou por uma nota que, para mim, é vital, que é a questão do ordenamento. Ando a bater nisto há não sei quantos anos. O grande problema da floresta em Portugal é a falta de ordenamento, mas é preciso que isso venha de cima e que venha como deve ser. Fico muito pouco esclarecido com a proposta de reabilitação de Portugal, que está agora a ser apresentada, e que fala na floresta um pouco pela borda. A floresta é vital para o interior, o qual é muito pouco falado e não há, efetivamente, medidas que venham valorizar e intensificar o desenvolvimento económico do interior e da floresta. Sobre a dificuldade de acesso que referiu, eu ouvi exatamente o mesmo naquele incêndio grande, há dias, em Proença-a-Nova, Castelo Branco e Oleiros, mas estes acessos nunca vão existir. Na costa do rio Vouga, onde o fogo parou, é quase impossível fazer acessos por lá

abaixo e há zonas ali que são para arder se não houver uma reorganização. A nossa floresta é dividida por parcelas pequeníssimas e há sempre dificuldade se quisermos fazer um caminho de acesso porque o proprietário não deixa, pois na maior parte dos casos, algum do terreno dele perdia-se completamente e em alguns casos as pequenas parcelas desapareciam. Por isso é que era necessário que uma houvesse reorganização do agrupamento de propriedades para que alguns fossem compensados pela perda que vão ter nos aceiros e nos caminhos e isso é que ainda não foi feito, mas eu acho que deve ser feito e deve haver compensações para os proprietários que têm pequenas parcelas e que as perdem e que têm algum daquele lucro como uma mais valia para a família. Mas, não se pensa nisso, pensa-se sempre nos grandes proprietários, nas grandes áreas da floresta e os pequenitos, onde vão buscar ali uma pinguinha, se a perderem perdem também essa pinguinha do seu orçamento. Há aqui um conjunto de coisas. Só um esclarecimento mais em relação à intervenção de Tony Martins. Ao contrário daquilo que disse, curiosamente, o município é aquele que mais faz. Não são os privados que estão a fazer aquelas beiras de estrada que veem limpa, são limpeza de faixas de gestão de combustível que é a Câmara Municipal que tem andado a pagar isso. Por muito que alerte os proprietários, alguns deles nem sabem que têm lá os terrenos pois a tal divisão da propriedade é tão pequena que há herdeiros de propriedades que nem sabem que as têm lá nem de onde elas são. Portanto, tudo isso que se vê junto às estradas principais ou mesmo às estradas florestais, é a Câmara Municipal que tem feito, é a gestão de combustível, portanto é ao contrário. Nós temos feito muito da nossa parte, aliás, tenho comparado e tenho falado com os meus colegas ao lado. Incomparavelmente, temos apostado muito mais nisto, efetivamente, temos 70% de floresta no município, mas temos investido muito do nosso orçamento na limpeza das faixas de gestão de combustível, na área das zonas industriais, que é sempre pouco para os senhores que têm as suas empresas nas zonas industriais, é sempre pouco, mas para os outros que estão lá ao lado é muito. Portanto, é preciso conjugar essas coisas, agora, temos feito e estamos atentos. As reuniões têm sido realizadas normalmente e estamos em conclusão da reformulação dos planos, portanto, temos feito aquelas que são exigidas e mais do que essas porque, estando nós em reformulação dos planos, temos feito encontros reuniões sobre estas coisas com todos que fazem parte que compõem as comissões de proteção e defesa e os planos de emergência. Relativamente ao Centro escolar e à intervenção de Ana Tavares, estamos tão preocupados, não direi mais, porque seria exagero da minha parte, mas estamos tão preocupados como os pais com a situação das crianças e entendemos que, possivelmente, haverá mais risco na concentração dos alunos ali. É óbvio que tudo isto é doseado. Se nós ali temos 270 e tal alunos, também temos uma área incomparavelmente maior do que as escolinhas de onde eles vieram e a concentração ali é bem menor do que aquela que eles tinham nas escolas, mesmo estando uma turma ou duas, com as regras todas. Sabemos que não é fácil cumpri-las todas, pois são miúdos de escalão etário baixo, mas tudo isso é coordenado e cumpre as determinações do Ministério da Educação em relação às regras de utilização dos espaços. É falso que não temos espaços cobertos. Temos vários espaços cobertos, não os temos disponíveis de forma a ser cumprida a regra de não agrupamento. Atualmente, os alunos são encaminhados para a sala e saem em intervalos desfasados e curtos para não estarem concentrados, portanto, esses espaços cobertos não são utilizados assim porque os alunos estão, durante a grande maioria do tempo, em aula ou nas salas de aula. Existem espaços dedicados para cada ano precisamente para evitar as concentrações, portanto, é uma medida de segurança que não tem nada a ver com a falta de espaços cobertos, pois temos vários. A questão das portas encerradas, havia alguns desacertos, ainda, porque a obra só foi recebida no dia 16 de setembro, portanto, no dia em que ele cismou em não deixar entrar, foi pelo facto de a obra inda não estar rececionada e teve de haver alguma conversação no sentido de ele entender que já sabia que as aulas iam começar e que era preciso começar a utilizar o Centro escolar a partir dessa altura e isso resolveu-se facilmente. Em relação à cobertura inicial, esse é um problema de projeto que notámos

logo e que é relativamente simples de corrigir. Estamos a pensar corrigi-la, possivelmente, depois da obra terminada. E depois, o espaço do corredor não é assim tão pequeno, mas não dá é para uma concentração no hall de entrada. Funcionários temos lá que chegue à vontade e aquilo que disse aqui de haver um funcionário para 70 alunos, não acredito nisso, temos 12 (12 funcionários diretos mais o pessoal da cantina) funcionários no Centro escolar, portanto, penso que eles estão devidamente desdobrados pelos horários quer do início da manhã, quer do almoço, quer da tarde. Há ali gente mais do que o suficiente para aquilo, portanto, não acho que possa ter acontecido uma coisa dessas.-----

Renata Marques – Excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, excelentíssimos vereadores da Câmara Municipal, excelentíssimos senhores presidentes das juntas, excelentíssimos senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores. O assunto do momento, pelo menos para os severenses, é o arranque do ano letivo e a abertura do centro escolar de Sever do Vouga. Dúvidas e medos todos temos e teremos, principalmente quando o assunto envolve as nossas crianças, os nossos filhos. Não quero dizer que sem Covid-19 o assunto seria irrelevante, mas com o vírus presente nas nossas vidas, acentuam-se as preocupações. Mas, a vida não pode ser confinada e o ensino presencial é a solução. Venho congratular o executivo pela intervenção que teve no sucesso deste início de atividades letivas e organização da rede de transportes. Que, do que me consta, as nossas crianças estão felizes e adoram a nova escola. Resta-me desejar a todas as nossas crianças que este novo ano venha cheio de sucesso para todos e que, cada um à sua medida, consigam atingir os seus objetivos pessoais e académicos. Iniciamos esta semana o equinócio do Outono, onde as nuvens já ocuparam o seu espaço no céu e as primeiras chuvas já começaram a cair. Peço aos senhores presidentes de junta que estejam atentos e que preparem as nossas freguesias para esta estação, falo de limpeza de valetas, combros. Como aliás deverão estar habituados. No entanto venho apelar à segurança dos nossos severenses. Temos que estar preparados e atentos, pois a previsão, de acordo com a alteração que temos vindo a assistir do clima, é que os fenómenos naturais extremos serão imprevisíveis e em maior número. Queria, ainda, lembrar a chuva intensa e aumento do nível da água, que levou a descargas desmensuradas da barragem e, do que me pareceu, sem conhecimento prévio das suas consequências que foram desastrosas e podiam ter sido mais, não fosse a preocupação e atuação dos bombeiros e do próprio presidente e vereador, que foram incansáveis no alerta e proteção da nossa população. Espero que este ano não se voltem a repetir. Peço ao executivo que insista e pressione a EDP para a segurança do nosso povo. Sugeriria, ainda, se possível, que voltassem a rever o plano de emergência, uma vez que, da última, fomos apanhados de surpresa e a tempestade já estava prevista nos dias anteriores. Continuando esta minha preocupação com a segurança de todos, e de acordo com as alterações climáticas, este ano vimo-nos quase cercados por um incêndio vindo de Oliveira de frades. No Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sever do Vouga, no caderno 2, onde fala de risco de incêndio florestal diz, *“Da análise da cartografia do RIF (Mapa n.º 21) e da Tabela 4, verifica-se a predominância da classe de risco baixa, havendo uma distribuição quase homogénea pelas restantes classes de risco. As classes de risco alta e muito alta representam cerca de 22% da área do concelho, distribuindo-se por todas as freguesias, embora apresentem maior incidência, nas freguesias de Talhadas e União das freguesias de Cedrim e Paradela. As áreas identificadas como tendo RIF alto a muito alto serão prioritárias em caso de defesa e combate de incêndios florestais, quer porque têm uma perigosidade significativa (pode provocar frente de chamas consideráveis), quer porque o seu dano é elevado”*. E assim foi, este ano, o que é de lamentar, mas que felizmente, apesar da aflição, os severenses ficaram a salvo. Agradeço aos nossos bombeiros, por todo o esforço e coragem que tiveram no combate às chamas e na proteção de pessoas e bens. Assim como agradeço ao senhor presidente e vereadores que, com ele estiveram, que também não abandonaram o local até a sua resolução. Espero que nos sirva de lição e que, cada vez mais, saibamos que temos que nos precaver de todos os fenómenos meteorológicos extremos. Os possíveis de

precaução, porque quedas de granizo é mais difícil de atuar de maneira a reduzir danos. E voltando ao assunto Covid-19, que talvez até tenha também a ver com alterações climáticas, venho dizer que estamos com um pé a frente, a desconfinar, a apoiar o comércio, oferecendo máscaras, não cobrando o espaço das esplanadas, tendo o estacionamento gratuito em toda a vila, mas continuamos com um pé atrás, o da segurança, e o nosso “hospital de campanha” no Vougapark continua montado. Ainda tenho esperança que nunca vá ser utilizado. Saúde.-----

Paula Coutinho – Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público aqui presente. Como já aqui foi dito, o ano de 2020 está a ser um ano cheio de desafios a todos os níveis. Um ano invulgar que exige, também, medidas atípicas. Aquando do início desta pandemia, o PSD manifestou, em carta dirigida ao senhor presidente da Câmara, a nossa disponibilidade para colaborar neste combate apresentando propostas em benefício do concelho e de todos os severenses. Como temos vindo a fazê-lo ao longo deste mandato, em 2018 o PSD tomou a iniciativa de, na Assembleia Municipal, propor a criação de uma comissão para avaliar cada uma das matérias em transferência para os municípios, sendo a educação seguramente uma das nossas prioridades. Realizar uma análise às reais necessidades da população estudantil do nosso concelho. Quer as necessidades relacionadas com a organização das turmas e da rede escolar, quer as de carácter social cultural, quer as de apoio às famílias. Temos, ainda, a grande prioridade relacionada com a definição de medidas de combate à desertificação e apoio à natalidade. Não fomos chamados para esse debate e acreditamos, dados os resultados e inúmeras queixas que chegaram até nós, que as entidades diretamente envolvidas foram excluídas desta decisão. As associações de pais, as juntas de freguesia, todas as pessoas foram excluídas. Se já antes fazia sentido a criação de uma comissão para avaliar estas matérias, agora, em contexto pandemia, ainda mais. A centralização de quase todos os alunos do concelho no centro escolar, para além dos problemas já identificados no passado, em especial a desertificação das aldeias, torna-se perigosa e um foco de contágio premente deste vírus. Achamos que esta estratégia, adotada pelo município, de centralização em tempos de pandemia, é errada. Seria muito mais eficaz manter as turmas descentralizadas, passando apenas para o novo centro escolar aquelas que, devido à falta de condições existentes nas escolas atuais, necessitem de melhores condições de trabalho, tornando mais vantajosa a aprendizagem. O excesso de alunos concentrados e as turmas grandes será, sem dúvida, maléfico para o concelho e para o alastrar do vírus. Exigia-se, por parte das entidades competentes, coragem para tomar medidas excecionais em tempo, também ele, excepcional, não houvesse a coragem, esse arrojo de tomar a atitude de fazer mais pelo concelho. Antes pelo contrário, fizeram ouvidos moucos às inúmeras queixas que foram surgindo. O início de ano letivo atribulado, onde os encarregados de educação ficam à porta do novo centro escolar. O que aconteceu? A grande obra deste executivo está, ou não, concluída? Garante, ou não, a segurança dos alunos que a frequentam? No portal das matrículas o novo centro escolar de Sever do Vouga não aparecia na lista como oferta para o primeiro ciclo, porquê? Porque a obra não estava concluída? Existe, ou não, auto de receção provisório da obra do centro escolar? Como é que a obra estava prevista terminar a 31 de agosto e, disse o senhor presidente ainda há pouco, que terminou a 16 de setembro? Mais uma suspensão? Dada por quem e porquê? Relativamente ao transporte dos alunos, é uma questão, também ela, que nos preocupa. Temos conhecimento de que os alunos estão a chegar atrasados às aulas. Como estão a ser feitos esses transportes? Divididos por turmas e feitas mais do que uma deslocação para garantir distanciamento? O PSD gostaria de ter a certeza de que tudo foi feito e está a ser feito para que a comunidade escolar esteja em segurança e, por isso, insistimos que seja pensado e apresentado um plano de contingência para esta área de competências da autarquia. O senhor presidente gosta muito de nos comparar com outros municípios vizinhos e aqui era um bom motivo para se comparar e

utilizar as boas práticas feitas noutros municípios. Dou o exemplo de Mangualde, a cerca de quarenta quilómetros de nós, em que o executivo teve a coragem de descentralizar em tempo de pandemia, restaurando escolas que não estavam a ser utilizadas, para dividir os alunos e para proteger a comunidade estudantil. Apostou nos transportes dividindo, também eles, fazendo mais de um transporte por dia para não se juntarem os alunos. Apostou na educação, no futuro do concelho, na segurança dos seus munícipes. E em Sever do Vouga é neste tipo de situações que se vê a falta de visão e planeamento. A inércia deste executivo. Desgastado, sem visão. Prepotente, que não ouve os munícipes e acha-se dono da razão.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara, senhora e senhores vereadores, senhores presidentes de junta, senhores deputados municipais. Venho aqui falar, até, depois de ouvir as explicações do senhor presidente da Câmara sobre a questão do Centro escolar. A questão do Centro escolar é de uma enorme gravidade e, senhor presidente da Câmara, a primeira coisa que o senhor devia ter feito aqui hoje era pedir desculpas aos pais que ficaram à porta que foram convocados pelos senhores e ficaram à porta do Centro escolar. É bom lembrar que, quando os senhores apresentaram uma alteração de cronograma da obra, nós dissemos que as coisas não iam correr bem e a obra devia estar pronta há um ano atrás. Os senhores fizeram uma prorrogação inexplicável da obra, que agora, ao que parece, também temos trabalhos a mais que carecem de explicação. O senhor, na reunião de Câmara, disse que teria havido um auto de receção da obra a 14 de setembro. Ora, nesta Assembleia Municipal, passou para dia 16 de setembro. Afinal, em que é que nós ficamos, senhor presidente? O que é que é verdade? Onde é que está um auto de vistoria em termos de segurança? Nós estamos a falar de crianças que têm que frequentar um espaço em que os senhores enfiaram lá as crianças e as obras ainda não estão completas? É isso que está a acontecer? A receção provisória já está feita? Como é que está a ser feito o transporte de crianças para prevenir o contágio de Covid? Como é que está a ser feita a gestão das crianças naquele espaço para as proteger do Covid? Portanto, senhor presidente da Câmara, aquilo que foi o processo de construção deste Centro escolar é um exemplo do desleixo com que a Câmara trata as empreitadas no município. Desculpe dizer-lhe, aquilo que é a sua obra do mandato, que foi aquilo que o senhor presidente da Câmara já nos disse, que é a sua obra emblemática deste mandato, é, aliás, um sinal da incompetência na gestão de uma empreitada. Aquilo que nós temos a dizer, senhor presidente da Câmara, é que, ainda há pouco, quando discutíamos a questão dos funcionários, pela minha colega, e que chamou a atenção de que estaria um funcionário com setenta crianças, o senhor presidente da Câmara disse, aqui, que eram doze funcionários por três turnos e, se dividir os doze funcionários por três turnos, quantos é que dá? Quatro. E se dividir duzentos e setenta crianças por quatro, quanto é que dá? 67,5. É uma simples operação de aritmética e não vale a pena tentar tapar o sol com a peneira. Aquilo que tem sido o processo de construção deste centro escolar é o exemplo daquilo que não deve ser feito na gestão de uma empreitada de obras públicas. É um exemplo da falta de transparência. É um exemplo de falta de respeito pelos pais e pelas crianças e daí fica a nossa mais profunda censura ao senhor presidente da Câmara que é o primeiro responsável por esta mesma empreitada e, por isso, senhor presidente da Assembleia Municipal, para terminar a minha intervenção, o CDS requer, por escrito, ao senhor presidente, que a Câmara seja instada a fornecer à Assembleia Municipal todos os relatórios de fiscalização desta empreitada, todas as decisões que tomou sobre a prorrogação da obra, o auto de vistoria e segurança, nomeadamente dos bombeiros, e o auto de receção provisória da obra que o senhor presidente, ainda agora, nos veio dizer que, afinal, foi dia 16 quando, na reunião, afinal era dia 14, portanto, é óbvio, senhor presidente, que esta empreitada é um exemplo de falta de transparência que nos deixa extremamente preocupados.-----

Jorge Graça – Excelentíssimo senhor presidente da mesa e restantes membros da mesma, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga e

excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados da Assembleia Municipal de Sever do Vouga e excelentíssimos senhores presidentes de junta, comunicação social aqui presente, minhas senhoras e meus senhores. Antes de ir à minha intervenção propriamente dita, que está escrita, confesso que em todas as assembleias me surpreendo. Confesso que não vinha a contar ficar tão surpreendido tão rápido. A verdade é que parece que o Covid dá jeito, principalmente às bancadas da oposição. O que seria do vosso argumento sem Covid. Lembro que, na última assembleia, e penso que só tivemos uma depois da fase do confinamento, e o problema é sempre o centro escolar e, nessa altura, a dúvida era se iríamos ter centro escolar no início do ano letivo. Agora, o problema já é que o centro escolar já abriu e está a funcionar e esse é, efetivamente, o vosso problema. É que, uma grande obra, um grande projeto, está concretizado, ou praticamente concretizado, pode haver algumas coisas para fazer, e está a funcionar e não ouvi ninguém a acautelar para o ajuntamento dos alunos todos do centro escolar, aliás, até se discutia quem é que eventualmente ia para lá, poderá haver algumas escolas que até queriam ir para lá e não foram e até pode causar algum desconforto. Mas a verdade é essa, vocês não acautelaram para isso. depois, há outra coisa que todos vocês sabem, ou dá-vos jeito se calhar esquecer, não é a Câmara que decide, por si só, a carta educativa. Há outras entidades que, se calhar, têm mais competência do que a Câmara. A Câmara só participa e pode dar a sua opinião, mas a opinião da Câmara não é vinculativa sobre isso, e quem decide são mais as organizações do Ministério da Educação do que propriamente a Câmara Municipal de Sever do Vouga. Já agora, uma outra coisa. Ouvi falar aqui em queixas sobre os transportes escolares. Eu ainda sou o presidente da Associação de Pais da Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga, não posso responder por aquilo que se passa no centro escolar, mas posso responder por aquilo que se passa na Escola Secundária de Sever do Vouga e a verdade é que as coisas estão a funcionar muito bem, mesmo em termos de transportes. Todos os dias, uma colega minha consulta a caixa postal da associação de pais e eu, todos os dias, vejo os mails que ela me reenvia. Não me chegou uma única reclamação quanto aos transportes nem ao funcionamento do agrupamento, portanto, a questão é: os problemas existem ou vocês procuram-nos e dá-vos jeito parecer que eles existem? É mais a segunda resposta. É populismo e demagogia no seu estado puro. Passando concretamente à minha intervenção, em nome da bancada do PS, manifestamos o nosso lamento, apreço e solidariedade, para com todas as pessoas que foram afetadas pelo terrível incêndio do passado dia 7 de setembro, em especial pelos severenses, maioritariamente da União de freguesias de Cedrim e Paradela e alguns da freguesia de Talhadas. Desejamos que todos recuperem rapidamente e apelamos a que lhes sejam concedidos os apoios possíveis e necessários. Apresentamos, também, um voto de pesar pela morte do malgrado bombeiro da corporação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Frades, vítima deste incêndio. Reconhecemos e agradecemos, o enorme esforço e dedicação de todas as muitas e variadas forças que combateram este incêndio incluindo, obviamente, os serviços da Proteção Civil da Câmara Municipal de Sever do Vouga. Pessoalmente, tendo alguma experiência no combate a incêndios florestais, cerca de 25 anos, e tendo estado no combate a este incêndio, atesto que, atendendo às condições climáticas verificadas especialmente no dia 7, vento forte, temperatura elevada e baixa humidade, associadas à orografia do terreno e à carga e tipo de combustível existente, mesmo admitindo alguns erros na estratégia de combate, dificilmente se poderia fazer muito mais e melhor do que se fez. Assim, apesar de entender o desespero das pessoas quando o fogo se aproxima das suas habitações e bens e não têm nenhum carro de bombeiros ou de outra força de combate a fazer proteção, custa-me aceitar algumas críticas que são feitas, injustamente, aos bombeiros. Num incêndio desta dimensão não é possível ter uma viatura a proteger cada casa e muito menos com a antecedência que as pessoas achariam confortável. Concretamente neste incêndio estiveram no teatro de operações, simultaneamente, cerca de 370 viaturas, sendo que em todo o perímetro das frentes de fogo era necessário proteger milhares de casas. Não se consegue estar em todo o lado em tempo

útil. Apesar de tudo, não ardeu, que eu tenha conhecimento, nenhuma habitação, o que, por si só, confirma a injustiça de algumas das críticas a que me refiro. Claro que não olvido da minha avaliação o enorme trabalho feito por muitos populares que se associaram ao combate e que em muitos casos foram o único garante das consequências não terem sido ainda maiores. Muito obrigado.-----

António Dias – Excelentíssimo senhor presidente e mesa da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. A Freguesia de Talhadas continua sem resposta a alguns e-mails de solicitações que enviámos à Câmara Municipal, tais como, algumas reparações de estradas e caminhos que já foram solicitadas, cito: estrada da Silveira, Arcas, Póvoa, Cortez, Seixo, cruzamento da Roçadas à Vide, Doninhas à Macida, Ereira à Vide, Vide ao Cortez, Vilarinho à Frágua, entre outras. Gostava de saber quando é que são reparadas. Falaram aqui muito em centro escolar, eu já pedi aqui ao senhor presidente da Câmara, volto a repetir da possibilidade de construir um na freguesia de Talhadas, uma vez que, na última reunião o senhor presidente ficou de me comunicar a data da próxima reunião. Já reuniram ou não? Ainda em setembro, a Junta de Freguesia de Talhadas pavimentou os passeios nas escolas de Talhadas. Já falei aqui, volto a repetir, algumas lombas de sinalização, gostava de saber quando é que a Câmara poderá reunir e ver alguns pontos que, um dia destes, poderão causar alguma tragédia. A Junta de Freguesia de Talhadas solicita aqui, também, o ponto de situação do alargamento da zona industrial. Segundo a CCDR, está à espera de documentação da Câmara Municipal desde 30 de julho. A Câmara enviou, apenas, alguns elementos em 10 de agosto, mas faltam os restantes. Até quando é que estão à espera? Chamo aqui a atenção para a Câmara Municipal que tenho uma empresa interessada em investir três milhões de euros na freguesia de Talhadas. Posso dizer que é um investimento de grande monta, em termos de investimento em valor, mas também, pelo produto que vão produzir, pelo que aguardo, da parte da Câmara, um desfecho com a máxima urgência possível. Já agora, a exemplo da Câmara Municipal de Vouzela, conseguiu, sensivelmente, um milhão de euros através de candidaturas a apoios para o alargamento de zonas industriais de Campia e Vouzela. Porque é que a Câmara Municipal não faz o mesmo para Talhadas e outras no concelho? Já agora, a rotunda da A25, em Talhadas, já pedi ao senhor presidente, em 18 de maio, o senhor presidente respondeu-me que a embelezava e, até agora, nada foi feito. Eu pergunto, se a responsabilidade for da Câmara, se autoriza a junta a embelezar a rotunda? Se a responsabilidade não for da Câmara, de quem é, que é para eu tratar. Já agora, mais uma vez, a Junta de Freguesia está a tratar da construção do armazém de apoio à freguesia na zona oeste do estacionamento norte da feira mensal. Mais uma vez, solicito apoio para este investimento. Deu entrada, recentemente, um projeto de remodelação de terras com um volume de, sensivelmente, cinquenta e dois mil metros cúbicos de aterro. Já agora, peço ao senhor presidente que agilize este licenciamento na Câmara Municipal de Sever do Vouga. Já agora, a autoridade máxima de proteção civil no concelho é o senhor presidente da Câmara e, que eu saiba, reuniu uma vez ou duas. Eu, como presidente da junta, não tenho a mínima base, nem teórica, nem prática, de como agir em algumas situações. Gostava de saber se a Câmara pretende, ou não, dar formação, pelo menos, não digo só aos presidentes de junta, mas eventualmente, os funcionários das juntas. Como sabem, infelizmente, o nosso concelho foi assolado no último incêndio com bastantes danos materiais a registar. A Junta de Freguesia de Talhadas esteve presente com uma viatura de seiscentos litros desde as 16:00 do dia 7 de setembro até às 21:00 do dia 8 de setembro deste ano. Acompanhei, in loco, no terreno, as dificuldades, nomeadamente em Carrazedo, Póvoa, Lameirinhos e Arcas com inúmeras projeções, habitações em risco e vários haveres ardidos. A viatura da Junta de Freguesia de Talhadas abasteceu cerca de onze vezes. Ajudou a evitar males maiores em Carrazedo, Póvoa e Lameirinhos. Para além de acompanhar no dia 8 das 14:30 até às 20:00, ininterruptamente, o comando de Viseu, com viaturas de Canas de

Senhorim e Mortágua, no lugar de Arcas, onde com a aplicação de foto tático e aviação se evitou que o fogo atingisse o lugar de Arcas, Porto dos Lobos e Silveira. Tenho, também, a agradecer o apoio da Associação Humanitária de Talhadas e dos bombeiros que, muito bem, desempenharam a sua função. Senhor presidente da Câmara, a Junta de Freguesia de Talhadas usa a viatura que foi adquirida para o combate aos incêndios, aquando de uma que a Câmara Municipal também adquiriu, exatamente nos mesmos moldes, através de um programa de apoio. A viatura da Junta de Freguesia de Talhadas continua a fazer o seu trabalho e, infelizmente, a viatura da Câmara Municipal de Sever do Vouga é usada para passear funcionários e, pasmem-se, no dia 9 de setembro, passou na Póvoa com uma jaula para apanhar cães, conduzida pelo senhor encarregado. Agora, pergunto ao senhor presidente porque é que tirou o kit de primeira intervenção da viatura? Isto é irresponsabilidade. Será que o encarregado não quer perder noites nos incêndios? Será que está a escrever no Facebook? Já agora, ouvi dizer houve um destacamento de uma viatura dos bombeiros para guardar uma quinta de mirtilos em Paradela, mas que o condutor da viatura, bombeiros de Sever do Vouga, se recusou e ameaçou fazer queixa ao CDOS e a mesma foi deslocada para outro lado. O que é que se passou? Gostava de saber, que o senhor presidente me dissesse. Quem a pediu e o que é que se passou. Para terminar, senhor presidente, afirma que hoje, que, se no próximo orçamento municipal não houver uma verba para as juntas de freguesia, no âmbito da proteção civil, votarei sempre contra. Afinal, a junta a que presido usa uma viatura, ajuda a AHT e nada recebe, enquanto outros, como a Câmara Municipal, retira o kit de primeira intervenção da viatura e, segundo dizem, há juntas de freguesia que têm kits de primeira intervenção para viaturas, mas não as usam ou instalam. Usam as viaturas apenas para passear funcionários e presidentes e não para intervir nestas situações. Isto é uma vergonha, senhor presidente.-

António Monteiro – Senhor presidente da mesa, uma interpelação muito breve à mesa e, compreendendo que o senhor presidente tem toda a razão quando disse ao CDS que tinha esgotado o seu tempo, é bom que o senhor presidente, então, tome a devida nota que, entre o tempo do senhor presidente da Câmara já gastou e o tempo que o Partido Socialista já gastou, também já esgotou o tempo. Nós também tivemos a controlar, portanto, o senhor presidente da mesa não pode dar a palavra ao senhor presidente da Câmara quando o senhor presidente da Câmara já esgotou o tempo e é uma questão de sermos justos. Se é assim, nós temos um ponto seguinte que é a informação escrita. Podemos voltar aos debates que entendermos, mas as regras são iguais para todos. Se o senhor presidente da mesa der a palavra ao senhor presidente da Câmara prorrogando o período de antes da ordem do dia e dando-lhe mais esse tempo, terá que nos dar a nós, também, e terá que dar, também, ao PSD, porque não há outra hipótese a não termos regras iguais para todos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – A bancada do PS tinha uma intervenção prevista que foi anulada, precisamente, para dar algum tempo. É por isso que peço sempre ao senhor presidente da Câmara para ser o máximo de objetivo e conciso nas respostas porque, em termos regimentais, de facto, são dez minutos, o que não é tempo nenhum para a bateria de perguntas que são colocadas e, como já disse, em assembleias anteriores, se vocês colocam questões que entendem ter interesse para as populações, então devemos deixar o senhor presidente responder a essas questões porque, se elas ficam sem resposta, é complicado, para isso não colocavam tanta pergunta, tanta questão. Quanto aos tempos, eu tenho feito a gestão dos tempos, o vosso tempo também foi excedido em cerca de dois minutos. Agora, pedia que o senhor presidente respondesse a estas questões o mais rapidamente possível. Se entenderem que algumas das respostas podem ser dadas na informação que vem a seguir, tudo bem. Agora, não podemos estar a arrastar. Aguardamos pelo ponto seguinte, provavelmente dá para fazer essa ligação, quase de certeza absoluta, na informação do senhor presidente da Câmara e coloca lá a questão. -----

Presidente da Câmara Municipal – Vou tentar ser o mais objetivo possível e sintetizar dois ou três temas que são abrangentes. Relativamente ao centro escolar, obrigado a Jorge Graça, porque acabou por responder a uma das situações que eu queria responder. Eu

penso que algumas das intervenções sobre o centro escolar vêm, precisamente, no sentido da vossa insatisfação quanto ao início do funcionamento do mesmo. O que os senhores queriam era que o centro escolar não estivesse a funcionar. Perdoem-me, mas ele tinha que ser concluído e avançar este ano, pois era assim que estava previsto. As regras de proteção são as mesmas para o centro escolar, para as escolas das freguesias e para o agrupamento de escolas. Eu noto, realmente, que vocês estão muito chateados pelo facto de, realmente, o centro escolar até conseguir abrir este ano. Já aqui falaram vários nos transportes. Os transportes nunca estão afinados no primeiro dia, isso é impossível, e os primeiros dias, em alguns casos, são precisamente para afinações dos horários, do tempo de duração de cada viagem. Nós temos um sistema de transportes como, infelizmente, muitos municípios do interior, que é um sistema de transportes dedicado quase em exclusividade ao ensino e ao transporte dos alunos, portanto, têm características que não têm os transportes das áreas urbanas ou os transportes de carreira que já estão a funcionar há muito tempo e funciona naquelas horas certas que é o horário da carreira. Estes têm de sofrer adaptações, até porque, todos os anos, chegam ao ensino novos alunos, alunos de mais longe, de outros espaços que, no ano anterior, não tinham, e é preciso fazer sempre estas afinações para chegar ao local e buscar o aluno mais à frente ou mais atrás. Ainda assim, os transportes estão a funcionar muito bem para o início, com uma grande revolução nalgumas linhas que houve nos transportes precisamente por adaptações ao transporte para o novo centro escolar. Nós pagamos uma fatia enorme do nosso orçamento com os transportes escolares, ao contrário dos municípios das grandes cidades que têm passes apoiados, portanto, há aqui uma discrepância que funciona, mais uma vez, para castigar os pequenos e o interior e que ainda não foi afinada e que se teima em não afinarem. Ainda assim, com estas dificuldades todas, conseguimos montar o sistema de transportes que está a funcionar, não direi de forma esplêndida, mas está a funcionar normalmente, como tem funcionado nos anos anteriores, sem Covid, sem agrupamento de alunos no centro escolar. Respondendo ao senhor presidente da junta de Talhadas, relativamente às zonas industriais, temos candidaturas na CCDR que estão a ser avaliadas e não temos garantia nenhuma que elas vão ser aprovadas, com é óbvio. São candidaturas que se fazem aos fundos, mas não há garantia nenhuma que quando se faz uma candidatura ela seja aprovada, portanto, o senhor presidente da junta tem toda a liberdade para ir bater à porta da CCDR e queixar-se. Agora, estão lá para a ampliação da zona industrial dos Padrões e para a ampliação da zona industrial das Talhadas. Depois, uma nota porque alguns abordaram isto - há instituições próprias e organismos próprios para tratar de determinados assuntos. Aqui já se disse que a rede escolar não é definida pela Câmara, nem pelas instituições municipais, nem por eles. Há um contributo principal e prioritário do Conselho Municipal de Educação, que foi o que fez. O Conselho Municipal de Educação reunido, online, em finais de abril, definiu esta rede. Definiu na altura própria, pois é sempre nessa altura que se começa a definir a rede, e aprovou-a por unanimidade, a rede que está agora a funcionar com a integração dos alunos no novo centro escolar. Depois, a última instância, a DGEsTE e o Ministério da Educação é que dizem que é assim a rede, porque são eles. Uma resposta para Paula Coutinho - não somos nós que colocamos professores, como não somos nós que colocamos médicos, por isso ainda não nos propusemos a aceitar a educação e a saúde. Relativamente ao número de alunos por turma, não temos um número exagerado no nosso centro escolar novo, ao contrário de outras escolas que até têm turmas com 28 e 30 alunos, não temos nada disso. Penso que temos duas turmas com 24, que são as maiores, e todas as outras são inferiores, são cerca de 20, 21, portanto, estamos bem para as salas que são grandes. Não é por aí. Sobre os autos de vistoria, não são os bombeiros que fazem autos de vistoria, é a Agência da Proteção Civil (ANMP) que já emitiu o parecer do funcionamento das instalações.-----
Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

António Cruz – Boa tarde. Cumprimento o senhor presidente da mesa e, na sua pessoa, todos os elementos da Assembleia Municipal. Cumprimento o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores. Minhas senhoras e meus senhores. Não conseguir ver, na comunicação escrita do senhor presidente da Câmara, qualquer referência ao centro escolar de Sever do Vouga. Nem mesmo no quadro das obras. Mas o assunto é o assunto que me traz, aqui, hoje. Apesar de todos os reparos e críticas que têm sido proferidas, o novo centro escolar de Sever do Vouga aí está em funcionamento. Finalmente, as crianças desta freguesia passaram a ter condições adequadas idênticas às das outras freguesias. Só quem não conheceu a realidade das antigas instalações poderá não pensar do mesmo modo. É, por isso, motivo de satisfação esta mudança para melhor. Tem sido afirmado que o centro escolar de Sever do Vouga foi o maior investimento feito, até hoje, pela autarquia. Mais importante do que isso, considero que foi, também, o melhor investimento. Investir na educação é o caminho direto para desenvolver um país. Melhor educação é igual a cidadãos mais bem informados, melhor economia e justiça social. Por isso, deixo aqui um bem-haja a quem pensou, decidiu e tornou possível a nova escola. Apesar de a freguesia de Sever do Vouga ser a mais populosa, foi a última freguesia, do nosso concelho, a ter um centro escolar condigno. Mas, como diz o povo, vale mais tarde do que nunca. Para terminar, deixo aqui um alerta. Apesar de estar aberta apenas há alguns dias, a Câmara Municipal que verifique se o centro escolar não é, desde já, pequeno para as necessidades atuais.-----

Ana Tavares – Renovo os cumprimentos de há pouco. O que me traz aqui tem a ver com algumas das coisas que foram ditas e as quais gostaria de esclarecer. Estou completamente de acordo com o que o senhor António Cruz disse. De facto, Sever do Vouga precisava de um novo centro escolar. Podemos pensar nas coisas de outra forma, se as outras freguesias, se devia ter ido por este caminho ou não agora ou depois que este município decidiu avançar com a obra, já era uma decisão que estava tomada, já não havia retorno nesse sentido, mas não deixar aqui de frisar que levar crianças de determinadas escolas, por exemplo como de Dornelas e Silva Escura, que fizeram uma carta dirigida ao município, ao agrupamento de escolas e à DGEsTE em Coimbra, na qual a DGEsTE responde que se o município entender que podem manter as crianças na escola em Dornelas e Silva Escura. É a interpretação que eu faço do documento enviado, é única e exclusivamente da responsabilidade vossa. Foi aqui dito, também, na última assembleia, por mim, que achava que as crianças de Sever do Vouga não tinham condições na escola onde estavam e que, de facto, precisavam de uma escola nova. Mas, que repensássemos a forma como estávamos a fazer isto, até pela situação que vivemos, ou seja, o município decidiu levar para lá as crianças. Em Dornelas e Silva Escura, os pais (das outras freguesias não sei o que foi feito) mas nós pedimos que as nossas crianças ficassem nas escolas onde estavam e foi-nos recusado quando o município poderia ter feito isso. É essa a mensagem que eu quero aqui deixar.-----

Paula Coutinho – Reitero os cumprimentos de há bocado. Cumpre-me, a mim, falar sobre a informação escrita do senhor presidente da Câmara à Assembleia Municipal. Esta informação deve dar conta daquilo que o executivo tem feito ao longo do tempo. As atividades, o serviço, as diligências, as obras e a informação financeira. De certa forma, é mesmo isso que relata. No entanto, continuamos a verificar algumas falhas, nomeadamente nas obras públicas, informação incompleta e na informação de gestão com algumas gralhas. Obras públicas, meus caros e minhas caras, já repararam na quantidade de suspensões existentes em todas, ou quase todas, as obras? Já repararam que continua a faltar a taxa de execução física das obras? Já repararam que a obra do centro escolar desapareceu? Porque é que o executivo tanto se nega a esta obra? Qual a contrapartida dada ao empreiteiro para abrir o centro escolar a meio da manhã, aquando das reuniões

com os encarregados de educação e as multas pelo incumprimento dos prazos? Onde é que estão mencionadas? E a reabilitação do parque da Cabreia, entre outras que não teimam em sair do papel. E o largo do Couto, a praia do rodo, a manutenção das infraestruturas, entre outras. Na última assembleia, o senhor presidente disse que não se podia fazer tudo ao mesmo tempo. O problema, senhor presidente, é que não se faz nada e não cumpre nada. Um prazo estabelecido é, meramente, indicativo sem garantias da sua realização. Relativamente à informação de gestão, o executivo apregoa que o município está bem financeiramente. Confere, ou tudo leva a crer que sim, mas questionamos à custa de quê. Dos remendos que faz pelo concelho? Das obras que não saem do papel? Das cativações que faz? Da falta de investimento na saúde? Da falta de investimento na educação? Na falta de políticas de juventude? Minhas caras e meus caros, o executivo tem-se limitado, sobretudo, neste último mandato, a uma gestão corrente, sem visão e planeamento. E quem paga a fatura no final? Os munícipes. Nós. Mas, voltando ao documento, na página 38 apresenta um quadro de comparação da receita e despesa efetiva a 31 de agosto de 2019 e 2020, respetivamente. No entanto, esse quadro apresenta valores errados, ou seja, compare os valores de maio de 2019 e não de agosto de 2019, o que se reflete de um lapso no valor do saldo global efetivo que passa a ter uma variação negativa de cerca de um € 1 157 000,00, ou seja, uma variação negativa, a mais, de € 420 000,00 do valor aqui apresentado. Já na última assembleia apresentamos no relatório de gestão de 2019 informação errada quando davam por concluídas três obras que, em fevereiro 2020, estavam com execuções de 40% e 70%. Senhor presidente, minhas caras e meus caros, não tentem tapar o sol com a peneira, não tentem mostrar mais do que são, do que fazem porque, na realidade, todos sabemos que, a nível de fazer, fazem muito pouco. Relativamente à intervenção de há bocado, e porque já não tínhamos tempo, queria dizer que a carta educativa é um documento municipal que o senhor deputado Graça, como ele próprio disse, é presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária, pelo que não representa nenhum encarregado de educação do primeiro ciclo e julgo ter sido por isso que fez a sua intervenção, sem conhecimento da realidade. Se tivesse lido as atas da Câmara Municipal, teria verificado as inúmeras queixas dos encarregados de educação relativamente a esta questão do novo centro escolar. Dizer, também, que, efetivamente, a escola do Calvário, em Sever do Vouga, necessitava de umas instalações condignas para que os alunos da sede do concelho tivessem uma educação como deve ser, com as devidas condições. Quanto a isso estamos todos de acordo. Efetivamente, essa mudança fazia-se. Relativamente ao restante, já por nós foi dito, deviam ter pensado naquilo que se está a passar no nosso concelho, no país e na Europa e no mundo. Senhor presidente, e agora falando dos transportes escolares, já passou sete dias desde o arranque escolar. O senhor presidente disse que, no início há sempre um tempo de adaptação. Sete dias não é suficiente para verificar e para já ter todas as afinações completas? Quando fica pronta essa afinação? Eu chamaria, o que aconteceu aqui, foi mesmo falta de planeamento e visão. Não podemos estar sempre a pensar no passado. Temos de ter um projeto planeamento a médio longo prazo. Só assim conseguimos estar no futuro e continuar a fazer com que Sever do Vouga deixe de estar parado no tempo e comece a desenvolver.-----

Edite Rodrigues – Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor presidente e mesa e restantes membros, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e vereadores, membros da assembleia e público. Venho aqui falar, novamente, sobre questões sociais. Segundo a informação escrita, a atual psicóloga acompanha um total de 101 utentes e que a maioria são crianças e jovens, demonstrando que existe uma grande necessidade deste serviço. Como sabem, trabalho atualmente numa das IPSS do concelho e tenho vindo a observar, ao longo dos últimos anos e, sobretudo, ao longo dos últimos meses, que alteraram a vida de todos nós, uma crescente procura de apoio social e, sobretudo, psicológico, por parte dos munícipes. As IPSS não conseguem fazer face a todas as necessidades sociais do concelho e, sabendo que os acompanhamentos na saúde mental, muitas vezes, só existem

em situações limite, ficam muitas pessoas desamparadas e as suas famílias com pouquíssimas opções. Como tal, e com esta questão da necessidade de acompanhamento psicológico é transversal a todas as faixas etárias, não escolhendo idades, estatuto social ou económico, venho aqui perguntar até que ponto seria viável o município apoiar as juntas de freguesia com mais verbas para a contratação de psicólogos que garantissem um maior apoio e uma maior proximidade das pessoas. Por fim, venho também expor, enquanto membro da assembleia, que seria benéfico, para todos, se as intervenções de todos os que intervêm nesta assembleia, fossem mais objetivas, claras e concisas, pois permitiria a discussão de mais assuntos e sairíamos daqui mais esclarecidos.-----

Sérgio Silva – Boa tarde mais uma vez. Duas notas antes de ir a este ponto e pegando na dica de uma das últimas intervenções, que se falou de carta educativa, também dizer ao deputado Jorge Graça que carta educativa se calhar é diferente de rede escolar e eu penso que é um documento meramente do município e que município também é diferente de concelho e de Câmara Municipal. A outra nota, senhor presidente da Câmara, é bom saber que o presidente da Câmara sabe o que a Segurança Social aceita ou não. Deixe-me dizer-lhe também que eu sei que a área da Segurança Social não depende diretamente da Câmara, mas desafio a Câmara, já que está bem financeiramente, a fazer obras de adaptação para uma infraestrutura social, do edifício do centro escolar de Couto de Esteves e depois diga-nos se há ou não há IPSS que aceitem e que se comprometam à proposta por mim aqui colocada anteriormente. Ou então, se quiser também pode ceder o Centro Escolar à Freguesia de Couto de Esteves depois das obras de reparação a Junta de Freguesia de Couto de Esteves aceitará de grado e a infraestrutura dar-lhe-emos um fim que não um depósito de pedras dos achados arqueológicos nem o péssimo estado de conservação que o edifício se encontra, depois posso passar estas fotografias dos tetos mas também temos um ponto mais à frente que vamos falar sobre as impermeabilizações no Centro Escolar de Couto de Esteves. Relativamente a este ponto, a informação de gestão desta comunicação escrita que nos apresenta hoje é, em letras pequenas, exatamente aquilo na passada segunda-feira o presidente desta câmara anunciava ao país, na primeira página do Diário de Aveiro, e em letras gordas “Município de Sever do Vouga Está bem Financeiramente”. Contudo, era preciso desfolhar o jornal para perceber que, nos últimos dez anos, a evolução do concelho tem sido um desastre. Diminuição da população, envelhecimento da população, ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem abaixo da média nacional, menos estabelecimentos escolares, e é preciso também andar no terreno para perceber que a recolha de lixo é cada vez mais deficiente, os idosos estão cada vez mais abandonados, os apoios à agricultura e à floresta não existem, as crianças chegam à escola às 08:00 para terem aulas às 09:00, quando chegam a casa já é de noite e o turismo é ainda uma miragem. Este é, realmente, o retrato de Sever do Vouga. Um concelho em que o município está bem financeiramente, mas quando alguém, em tempo de pandemia, propõe à Câmara Municipal que proceda à isenção da taxa de RSU para todas as famílias severenses, durante os meses de confinamento, na bancada que suporta este executivo só há abstenções e votos contra com a argumentação que *“o orçamento deve ter em consideração que há muita obra que é necessário fazer, que há muitos outros apoios que é necessário prestar e este valor, sendo um valor relativamente baixo, deve ser um valor que deve ser sopesado se não terá efeito”*. Este é, realmente, um município financeiramente bem, mas que deixa a evolução passar ao lado. Este é o município onde vem o ministro das infraestruturas inaugurar feiras, mas, a seguir, vai a Arouca consignar a empreitada da ligação à A32, deixando Sever do Vouga carente de estradas que desenravem o pleno desenvolvimento. Este é o concelho que está bem financeiramente, mas onde os seus cidadãos continuam a entrar e a sair de casa pela lama, onde os seus cidadãos estão cada vez mais descentralizados e esquecidos, onde os seus cidadãos continuam a ir à água à fonte e a drenar os esgotos para a via pública. Este é o concelho de Sever do Vouga.-----

Pedro Mendes – Muito obrigado senhor presidente. Senhor presidente da mesa e restantes membros da mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados

municipais, senhoras deputadas municipais, comunicação social e restante público. Eu venho falar de um tema que já foi aqui referido. Não faz parte da informação escrita, centro escolar. E esta minha intervenção baseia-se naquilo que eu sou como cidadão, enquanto membro do Conselho Municipal da Juventude, enquanto deputado municipal e enquanto profissional com vinte anos de experiência profissional na área da educação. O CDS trouxe, várias vezes, o tema do centro escolar revelando preocupação. Falou, também, várias vezes e trouxe aqui o tema dos transportes escolares e, devido à nossa luta, nós conseguimos que estes transportes escolares fossem gratuitos para todos os jovens. É inequívoca a nossa preocupação com os jovens, com as mães e com os pais dos jovens de Sever do Vouga. O senhor presidente da Câmara produziu uma afirmação, há pouco, dizendo “*os senhores não queriam que o centro escolar fosse construído ou que estivesse a funcionar*”. Tendo dito “os senhores” deduzo que, das duas uma, ou utilizou “os senhores” genericamente para caracterizar senhoras e senhores ou ficaram excluídas as senhoras e o senhor dirigiu-se aos senhores. Aquilo que eu lhe pergunto é se essa afirmação foi dirigida a mim, que a possa justificar, porque nós vivemos, atualmente, numa sociedade onde a afirmação fácil e não justificada é comum, onde o insulto sem evidência também é comum, portanto, gostava que dissesse se essa afirmação foi, também, dirigida a mim, caso contrário reservo-me no direito de poder agir judicialmente por aquilo que foi aqui dito.-----

Ana Mendes – Excelentíssimo senhor presidente da mesa da assembleia e secretários, excelentíssimo senhor presidente da mesa da Assembleia e secretários, excelentíssimo senhor presidente e vereadores da Câmara Municipal, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. É com um misto de emoções que escrevo a minha intervenção. Este ano tem sido um ano muito exigente e todos olhamos para o amanhã com muitas dúvidas e receios, mas há sinais que vamos recebendo, que nos dão a esperança que precisamos, para acreditar que o futuro só poderá trazer boas novas para o nosso concelho. Foi para mim uma enorme surpresa quando, há alguns dias atrás, me deslocuei ao edifício da Câmara Municipal e encontrei uma “casa” de cara lavada. A intervenção, há tantos anos adiada, era uma urgência, digo-o com conhecimento de causa, e, com pequenas alterações, foi possível rentabilizar o espaço, modernizar o edifício e restituir aos Paços do Concelho a dignidade que se exige. E nesta senda não posso deixar de referir que é uma enorme satisfação ver o novo centro escolar em pleno funcionamento. Um projeto que há tantos anos se vinha desenhando e edificando é agora uma realidade que certamente trará muito mais conforto e qualidade às nossas crianças e permitirá uma aprendizagem mais bem-sucedida. Importa agora decidir o destino a dar aos edifícios desocupados e ao equipamento que os integra, rentabilizando-os em proveito da comunidade, seja para o uso da autarquia, das coletividades ou para outros fins que se afigurem como uma mais-valia para o concelho. Mas, infelizmente, os últimos meses não foram, apenas, conquistas e a concretização de antigos projetos, foram, também, dias de desassossego e muito sofrimento. Falo, como é evidente, dos incêndios que afetaram o nosso concelho e que deixaram vários hectares de área destruída, e com isso, a nossa fauna e flora muito mais pobres. Viveram-se dias de desespero e angústia. Todos sabemos que não há soluções milagrosas para a problemática dos incêndios e que este é um problema nacional, que, inclusive, afeta muitos outros países de forma ainda mais avassaladora. Mas não consigo aceitar passivamente esta realidade como se fosse uma verdade absoluta e um facto consumado... Há medidas que, embora não resolvendo o problema, mitigam e diminuem a sua dimensão e, sendo Sever do Vouga um concelho fortemente rural, temos, urgentemente, que adotar comportamentos que permitam encerrar estes ciclos, minimizar estes problemas e devolver à nossa fauna e flora o que lhes pertence. Recorrentemente ouvimos o Governo falar em descentralizar, apoiar e defender o interior, porque não estabelecer acordos com os demais concelhos limítrofes, com idênticas características morfológicas e populacionais, eventualmente no âmbito e através da CIRA, e exigir ao Governo a adoção de medidas concretas. Não seria mais económico subsidiar terrenos

florestais, localizados no interior, mediante imposição de plantação de carvalhas, castanheiros, sobreiros, numa área limite a fixar junto das localidades, ao invés de pagar milhares de euros para combater incêndios? Esta medida permitiria reduzir a área de eucaliptal, concedendo aos proprietários um rendimento superior ao que receberiam com a venda dos eucaliptos e consubstanciaria um acréscimo ao rendimento dos agregados familiares, garantindo uma maior proteção às nossas aldeias. Somos um concelho que, pela sua localização geográfica, morfologia e composição, onde imperam cada vez mais as espécies infestantes, irá viver, nos próximos anos, assombrado com o tormento dos incêndios, se não forem adotadas medidas eficazes para reverter a situação. Repito, não há soluções milagrosas, mas há comportamentos comunitários que podem e devem ser estimulados e que permitem minimizar a dimensão do problema e é nossa obrigação promovê-los e exigir que quem está acima de nós os implemente de forma efetiva. Já sei que deixaremos aos nossos filhos melhores espaços escolares, melhores espaços para exercerem os seus direitos e deveres cívicos, um concelho mais desenvolvido e atraente, mas temos, também, a obrigação de deixar um concelho autêntico e preservado e isso só conseguiremos se soubermos defender a natureza que nos envolve, que é o nosso maior tesouro.-----

Presidente da Câmara Municipal – O centro escolar não aparece nas obras execução da comunicação escrita porque já está concluído. Há aqui alguns que não têm determinados dados porque, embora esteja a empreitada adjudicada, ainda não celebraram contrato e só a partir dessa altura é que vai começar a contar o prazo de execução. Agradeço a intervenção de António Cruz, é uma evidência aquilo que disse aqui e que, felizmente, ao contrário daquilo que transparece por aqui, apercebeu-se daquilo que é, efetivamente, uma evidência que nós temos, que o ensino em Sever do Vouga, nomeadamente no centro e nas freguesias à volta vai mudar e vai melhorar com a construção do centro escolar. A Paula Coutinho, pedia-lhe que desse umas voltinhas mais a miúdo pelo concelho porque parece-me que não conhece o concelho e, depois, saberá que as coisas não são como aqui disse. Aproveito para lhe dizer que, em termos de receção aos municípios, nós não somos prepotentes, tínhamos um lema que era “pelos pessoas” e continuamos a adotá-lo porque somos, talvez, o único município por aqui à volta que não tem marcações para atender os municípios e atende-os em qualquer hora. A qualquer hora que vão à Câmara, são atendidos por mim ou pelos vereadores, portanto, nem isso temos. A disponibilidade nossa para os receber e para os atender é total. A carta educativa, a rede escolar e o plano municipal de educação são documentos estratégicos que têm as pessoas que têm e as outras pessoas que se vão queixar às assembleias ou às reuniões de Câmara, não são assim aquelas que a Paula Coutinho disse, foram três pessoas que foram queixar-se à reunião de Câmara. Agora, coloque-as ao lado das outras todas que dizem que o centro escolar está muito bom e que está muito bem e que gostaram muito de ir para lá, são indefinidamente muito mais do que essas aí. Relativamente à intervenção de Pedro Mendes, peço desculpa, não era para todos, eu referia-me aos senhores no global, senhores e senhoras, mas das intervenções que fizeram até aqui, foi para esses senhores que eu disse. Daquilo que foi aqui apresentado, parece-me que havia aqui gente que não queria que o centro escolar fosse construído e que estivesse a funcionar. Sobre a intervenção de Sérgio Silva, a hipótese que colocou pode ser uma hipótese, não temos qualquer problema de lhe transferir o edifício para a Junta de Freguesia como fizemos noutros para associações e para juntas. É uma questão que iremos discutir. O centro vai ter obras, as impermeabilizações estão em adjudicação que contemplam, também, aquele problema antigo dos aquecimentos e ares condicionados porque alguns deles não estão a funcionar exatamente pela questão da impermeabilização, portanto, isso vai ser tudo junto, já está em fase de adjudicação a obra. Sobre as questões colocadas por Edite Rodrigues, temos uma psicóloga permanente e uma estagiária e penso que dão conta do recado. Sobre os transportes escolares, é natural que ainda não estejam completamente afinados, mas eu deduzo que já estão a funcionar em pleno passado uma semana. Eu não tenho tido queixas diariamente, tive no primeiro dia

em que os alunos vieram apresentar-se ao centro e ainda não estava a funcionar o transporte e, depois, no dia imediato, quando vieram para as aulas, houve dois ou três pequenos atrasos por ajustamentos de redes que não funcionavam antes, mas que se afinaram logo na hora, portanto, penso que, agora, não tenho aqui nota nenhuma de que esteja a haver algum problema com o transporte.-----

Paula Coutinho – Reitero os cumprimentos de há bocado. Relativamente à obra do centro escolar, o senhor presidente dizer que ela não consta aqui da informação escrita porque já estava cem por cento, já estava com uma execução ou previa-se que na data que iria decorrer esta assembleia ela já teria uma execução a cem por cento pergunto então porquê estar aqui o “Restabelecimento de Infraestruturas (muros e outras) – Intempéries – Muro Rua de Silva Escura” quando a execução está a cem por cento no dia 15 de setembro de 2020. Relativamente àquilo que o senhor presidente disse, de eu não conhecer o concelho, tenho muito orgulho em conhecer o meu concelho de um lado ao outro, de uma ponta à outra e dizer-lhe que o senhor presidente disse que eu não saía ou só conhecia o Couto quando fala-se em retalhos ou remendos. Efetivamente, o Couto tem muitos remendos aquela estrada, mas não é só o Couto, infelizmente. A estrada que liga a Dornelas também o tem. A ligação de Sever a Rocas do Vouga também o tem, entre outras estradas. Parece é que, o senhor presidente é que não anda pelo concelho.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Apenas para fazer aqui algumas notas que eu acho que são importantes em relação à informação escrita. O CDS já tinha chamado, no passado, à atenção do senhor presidente da Câmara que haveria toda a vantagem em o senhor presidente fazer uma apresentação oral daquilo que é a informação escrita. Até hoje, o senhor presidente recusou fazê-la e tem fugido a este debate. E tem fugido a este debate, desde logo, numa matéria que nós consideramos fundamental. É que, no que diz respeito às empreitadas, não há nenhuma reunião, desta assembleia, em que o CDS não tenha insistido para que, no que diz respeito às empreitadas, nós queremos informação não apenas sobre as empreitadas em relação à sua execução financeira, mas também em relação à sua execução física e também dissemos, na última reunião, que, quando a empreitada é concluída, deve constar da informação escrita a data do auto de receção, se houve trabalhos a mais, se não houve trabalhos a mais, se houve trabalhos a menos, se cumpriu o prazo, se não cumpriu o prazo, se houve lugar a pagamento de multas ou não. O senhor presidente, ao não colocar essa informação, está a ocultar essa informação à assembleia, o que é grave. E é grave tanto mais que nós já o dissemos em sucessivas reuniões desta mesma assembleia. Por outro lado, no que diz respeito ao centro escolar, o senhor presidente excedeu-se, claramente, naquilo que disse, aqui, à assembleia. É bom que o senhor presidente esclareça a quem é que se dirigia quando disse, aqui, que havia pessoas que não queriam o centro escolar. Ninguém discordou e estamos todos de acordo com o senhor presidente da Junta de Sever do Vouga. Agora, há uma coisa que o senhor presidente não pode, também, ignorar. É que, este centro escolar já devia estar inaugurado há um ano e se não foi inaugurado há um ano atrás, há a responsabilidade de alguém, e essa responsabilidade é de quem, da oposição? Não. É de quem teve a responsabilidade de executar esta empreitada, é da responsabilidade de quem tem a responsabilidade política de dirigir esta matéria. Portanto, senhor presidente, na minha intervenção, do período de antes da ordem do dia, eu disse-lhe que pais que ficam à porta do centro escolar são merecedores de um pedido de desculpas porque a Câmara não pode marcar essa reunião e deixá-los à porta da forma como deixou. O senhor presidente falou longamente no período antes da ordem do dia e não ouvi esse pedido de desculpas. E também lhe digo uma coisa, se, porventura, as suas afirmações se dirigiam ao CDS, no que diz respeito à construção do centro escolar, eu também lhe exijo esse pedido de desculpa porque não pode fazer uma afirmação dessas. Por fim, para não me alongar, no que diz respeito àquilo que é a informação escrita. Senhor presidente, a informação escrita acaba por ser, naquilo que é a execução financeira, um espelho daquilo que é a falta de capacidade de execução deste município, desta Câmara, no que diz respeito ao

investimento. Se nós formos a ver na informação financeira, a despesa corrente, o custo com o pessoal aumenta. No que diz respeito ao investimento há uma quebra da receita de capital que resulta exatamente pelo facto de não se ter executado o investimento conforme estava previsto e, por isso mesmo, não há as transferências de capital devidas. Por último, o senhor presidente falou na questão dos transportes escolares e há uma pergunta que eu não posso deixar de lhe fazer, até porque me fizeram este relato. O transporte escolar, como o senhor presidente sabe, é algo que o CDS tem muito presente e em relação ao qual tem feito várias reivindicações ao longo deste mandato. Disseram-me, e não quis acreditar, que houve crianças que ficaram esquecidas pelo transporte escolar quando se iniciou a utilização do centro escolar. Eu queria saber o que é que aconteceu, se é verdade, se apuraram responsabilidades, e se foram tomadas medidas no sentido de isso nunca, mas nunca, nunca mais, senhor presidente, voltar a acontecer com crianças de tão tenra idade.--

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à informação oral, não fiquei com essa sensação e por aí peço desculpa sem problema nenhum. Tomara eu poder fazê-la, já lhe digo. Fica aqui a promessa que, a partir de agora, eu farei a informação oral desta comunicação, sem qualquer problema. Não fiquei com essa nota, não registei isso sequer. Se o pedido e a proposta é que eu faça a apresentação oral da comunicação, fica aqui a promessa que nas próximas assembleias assim o farei. Relativamente à intervenção de Paula Coutinho, algumas das obras concluídas que ficaram aqui foi porque nunca tinham entrado em comunicação nenhuma. Foram daquelas obras que, em pouco tempo entraram, foram lançadas e foram concluídas, o que também vem ajudar um bocado àquela informação que o Dr. António Carlos dizia da falta de execução. Estas obras foram concluídas em muito menos tempo do que o prazo que tinha para execução. As obras não são iguais e algumas têm problemas, outras não têm. No caso destas, entraram aqui mesmo concluídas porque foram concluídas neste período entre a última assembleia e esta. Relativamente à informação do centro escolar, e de uma vez por todas, eu vou fazer-vos chegar a informação detalhada do centro escolar de todos esses pormenores. Não temos nada a esconder sobre isso, ao contrário daquilo que os senhores repetem aqui ou insinuam, não tenho nada a esconder nem do centro escolar nem de qualquer outra obra, portanto, estejam à vontade, que faremos chegar essa informação detalhada sobre tudo. A informação que temos seguiu, ainda esta semana, para os senhores vereadores. Sobre a questão dos transportes escolares, que colocou agora no final, não tenho conhecimento de situação nenhuma dessas. Se isso aconteceu, lamentamos. Relativamente ao pedido de desculpas às pessoas, quero esclarecer aqui outra coisa que, há bocado, já me passou e era para ter esclarecido. É que, quem convocou as reuniões para o centro escolar, antes de ele estar aberto, não fomos nós. Não foi a Câmara que convocou as reuniões de pais. Foi o Agrupamento de Escolas, portanto, nós fomos um pouco surpreendidos, também, com a situação, na altura. Isto não passa tudo pela Câmara porque a Câmara não tem a ver com as questões pedagógicas de funcionamento da escola. Soubemos depois e fomos tentar resolver o problema nessa altura. A questão das transferências de capital, também não é só por isso. Nós temos, por exemplo, o centro escolar executado, e recebemos cerca de três milhões de euros e o que falta aqui, também, são as transferências das participações das obras apoiadas pelos fundos comunitários, portanto, temos aqui em falta muito. Desta obra temos, pelo menos, €1 600 000,00 para nos transferirem e que já estão executados e pagos. Não é só pelo resto, é a falta efetiva de transferências.-----

António Dias – Obrigado senhor presidente. Eu venho aqui, senhor presidente da Câmara, por acaso, ontem, eram cinco e meia da tarde e recebi um e-mail do senhor diretor do Espaço Cidadão a congratular a Junta de Freguesia porque tinha conseguido um atendimento médio de cinquenta pessoas por mês desde junho. Eu pergunto, eu tenho sido frequentemente questionado por pessoa que vão lá do concelho, sobretudo Sever do Vouga, do porquê de, em Talhadas, o atendimento ser constante, não há sequer marcação, e há pessoas que dizem que em Sever do Vouga, na Câmara, está fechado, há outras que dizem que há por marcação. Há pouco ouvi o senhor presidente dizer que atendia as

peças em qualquer lado, em qualquer momento. Porque é que não faz isso também com o Espaço Cidadão?-----

Presidente da Câmara Municipal – O Espaço do Cidadão seguiu as regras de saúde e higiene que os vários espaços de atendimento ao público seguiram. Os meus atendimentos não têm a ver com o Espaço do Cidadão nem com o atendimento no serviço que é disponibilizado com regras de atendimento.-----

Jorge Graça – Renovo os cumprimentos a todos na pessoa do senhor presidente da mesa. É evidente que o meu nome foi aqui visado, pelo menos, duas vezes e eu venho aqui, como não sou ingrato, agradecer a tentativa de me tentarem elucidar de coisas que, usando uma frase que toda a gente já proferiu e já ouviu: vocês sabem que eu sei como é que funcionam as coisas. Aliás, no início da minha intervenção dei a ideia disso e o senhor presidente complementou. Só para vocês ficarem a saber, se calhar ninguém aqui nesta sala tem tanta ligação ao ensino como eu. Nos últimos quinze anos estou ligado a associações de pais catorze. Como tal, tenho vários assentos, no conselho geral, no conselho dos transportes escolares, etc. Faço parte de várias comissões. Eu também sei que vocês sabem. Aqui, a diferença entre nós é que dá-vos jeito esquecer como é que as coisas funcionam para poderem acusar a Câmara. Estão a acusar a Câmara de coisas que sabem que não é responsabilidade única e exclusiva da Câmara. Quero agradecer a tentativa da deputada Paula Coutinho e do presidente da Junta Sérgio Soares tentarem me elucidar. Muito obrigado, mas não ajudaram muito porque, realmente, eu já sei. Segunda questão, continuamos e queria subscrever inteiramente a última frase da intervenção da deputada doutora Edite porque, efetivamente, penso que já tem apelado àquilo que a doutora frisou. Realmente, devia haver aqui mais objetividade e a verdade é que andamos aqui, e eu já muitas vezes disse isto, andamos sempre à volta da forma e, hoje, é reiteradamente a forma, é sobre a forma de apresentação da comunicação escrita e sempre do centro escolar porque, afinal, o conteúdo que interessa, que é o centro escolar, vocês não falam. Por último, queria aproveitar para parabenizar o senhor António Cruz, que eu já conheço e também ligado às associações de pais, foi aí que eu o conheci, porque deu-nos uma lição de clarividência e de independência e todos nós devíamos aprender com a comunicação que ele aqui fez.-----

1.2 Participação Variável no IRS 2021: - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo analisou a proposta apresentada pelo presidente da Câmara Municipal, e aprovada pelo órgão executivo em reunião de 09 de setembro de 2020, para se manter a participação variável do IRS para 3,5%.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara, o CDS quer começar, neste ponto da ordem do dia que versa sobre a redução do IRS, por registar aquilo que consideramos um sinal positivo, que foi dado no passado, de cobrando o município de Sever do Vouga a taxa máxima de IRS, de ter sido possível proceder a essa mesma redução. Tomamos a devida nota, no entanto, de que a proposta que o CDS apresentou, em 2018, era no sentido de reduzir o IRS para 3% a participação variável. Não deixamos, no entanto, de notar que, para além do CDS, também o PSD, e bem, queria daqui saudar também o PSD, disse que considerava que essa redução devia ser feita de forma progressiva. O que, no fundo, é aquilo que tem vindo a ser feito. Portanto, não deixa, também, de ser, para nós, importante manter essa progressiva redução. E para se manter essa progressiva redução, senhor presidente, no entendimento do CDS, o que faz sentido, este ano, reduzir não é para 3,5, não é para 3, é para 2,5, ou seja, no fundo, numa altura em que nós todos sabemos que a crise que resulta da pandemia está a sacrificar de forma absolutamente anormal todas as famílias portuguesas, em especial aquelas que são afetadas pelo desemprego, aquelas que estão a ser afetadas pelo *lay-off*. Penso que é uma questão de justiça que, no fundo, este esforço seja repartido metade para cada lado. Se o município tem direito a 5, se reduzir para 2,5 significa que 2,5 vai para o município e 2,5

fica no bolso do munícipe e é, para nós, isso, uma questão de justiça. Portanto, iremos entregar uma proposta de alteração ao senhor presidente da mesa para que a redução seja de 2,5 e confesso, senhor presidente, não consegui perceber os documentos que foram distribuídos, já agora fica esta nota, porque, aquilo que nos foi enviado após a ordem de trabalhos foi a proposta de Câmara de 3,5 e apenas consta da ata a ideia de que o senhor presidente teria aceitado reduzir para 3. Se teria aceitado reduzir para 3, então isso deveria ter constado da proposta, o que não sucede. Portanto, a proposta que nos é apresentada, além do mais, pela Câmara, tem essa falha porque se esta assembleia simplesmente a aprovar, fica 3,5 porque a ata não faz parte da proposta e aquilo que nos foi distribuído, senhor presidente, mas é bom que reveja os documentos que foram distribuídos à assembleia municipal e aí, enquanto deputado municipal, tenho obrigação de os ler, aquilo que lá está é uma proposta a dizer 3,5, não é uma proposta a dizer 3. Portanto, uma vez que a aprovarmos os documentos tal como estão, que dá 3,5, aquilo que o CDS apresenta é a proposta para reduzir para 2,5.-----

Sérgio Silva - Boa tarde, mais uma vez, agora com mais algum tempo e um discurso mais curto. Excelentíssimas senhoras e senhores e senhores, excelentíssimos deputados municipais, excelentíssimos vereadores e presidente da Câmara, excelentíssimo presidente da mesa. Eu gostava de recordar que a história da participação variável do IRS, em Sever do Vouga, remonta a setembro de 2016 quando, nesta assembleia, este executivo apresentou uma proposta para que o valor se mantivesse no máximo. Na discussão desse ponto, pedi a palavra para dizer que as autarquias podem contribuir para baixar o IRS dos seus cidadãos até 5%, pois a lei dá a todos os municípios a opção de prescindirem da totalidade ou de parte daquela receita. O ponto foi colocado à votação e aprovado com 25 votos a favor e um voto contra, o do presidente da junta de freguesia de Couto de Esteves. Na altura, até passou aquela imagem “Lá está o presidente da junta de Couto de Esteves a ser o único a votar contra”. Pois foi. Um ano volvido e esta Câmara voltou a esta assembleia com a mesma proposta. Já com esta nova nomenclatura da Assembleia Municipal, a proposta foi colocada à votação e foi aprovada com catorze votos a favor, mas desta vez com treze votos contra e uma abstenção. Nessa assembleia ainda foi apresentada uma proposta pelo CDS para baixar de 5 para 3%, que foi votada e chumbada, com o voto de qualidade do presidente da Assembleia Municipal a cair para o lado da Câmara, ao invés da defesa da baixa de impostos dos severenses. Já em 2018, o PSD apresentou uma proposta para uma redução gradual e no tempo da taxa de participação variável do IRS, a qual contribuiu 1% em 2019 e mais 0,5% em 2020 no IRS dos severenses. Hoje, este executivo apresenta-nos aqui mais um abaixamento de 0,5%, (perfazendo um total de 2%), esquecendo-se que ainda continuam a tirar aos contribuintes um valor superior (3%) e esquecendo-se também que em concelhos aqui ao lado, em 2020, por exemplo Águeda já abdicava dos 5%, Albergaria já abdicava de 2,25% e Vale de Cambra já abdicava de 2%. Senhoras e senhores, com a aprovação desta proposta, este, ainda continua a ser um fator que desequilibra pela negativa quando, na hora de escolher e no que respeita a impostos, qualquer concelho nosso vizinho é melhor para se viver do que Sever do Vouga.-----

Cipriano Nogueira – Senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes das juntas de freguesia, minhas senhoras e meus senhores. Em setembro de 2018, a taxa de participação variável do IRS encontrava-se no seu valor máximo ou seja 5%, a bancada do PSD apresentou uma moção nesta Assembleia Municipal com o objetivo de uma redução gradual dessa taxa, de forma a permitir uma melhor adaptação do orçamento do município. Salientamos, ainda, que esta moção teve a aprovação de todas as bancadas representadas nesta assembleia. É com agrado que registamos o esforço do executivo em respeitar a moção aprovada pela assembleia municipal e baixar gradualmente e de uma forma sensata o valor da mesma, reduzindo-a para o ano de 2021. A bancada do PSD procurará sempre colaborar com o

executivo e contribuir com propostas e sugestões de medidas que tenham como objetivo, combater a desertificação e envelhecimento que assistimos de uma forma geral no nosso concelho. Muito obrigado pela vossa atenção.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Temos uma proposta, apresentada pelo CDS, de alteração da proposta aprovada na Câmara Municipal, através da qual propõe o CDS que seja fixada a percentagem da taxa em 2,5%. Lembro que, caso esta proposta seja aprovada, já não discutiremos a proposta apresentada pela Câmara Municipal, portanto, a proposta apresentada pela Câmara cai e ficará a vigorar esta proposta apresentada pelo CDS.-----

Foi colocada à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS para fixar a participação variável do IRS em 2,5%, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com o seguinte resultado:-----

Quinze votos a favor – Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Treze votos contra – Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva e Renata Marques.-----

Com esta votação, por maioria, foi fixada a participação varável de IRS em 2,5% para o ano de 2021. -----

1.3 Taxas do IMI 2021: - Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, destinada à fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, alterado pela Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro, para vigorarem no ano de 2021.-----

Com a proposta aprovada, nos termos do artigo 112º do mencionado diploma, as taxas do IMI, para o próximo ano, serão as seguintes:-----

- a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----
- b) Prédios urbanos: 0,3%.-----

1.4 IMI – Redução por Agregado Familiar: - Em complemento da proposta para fixação das taxas do IMI para 2021, e para efeitos do previsto no art.º 112-Aº do Código do IMI, foi elaborada uma proposta para redução das taxas que irão incidir sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3	70

A proposta de redução do IMI, por agregado familiar, para 2021, foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes.-----

1.5 Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2021: - Para efeitos do previsto no n.º 2, do artigo 123º da Lei das Comunicações Eletrónicas, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor dos membros presentes, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2021.-----

1.6 Derrama 2021: - Foi presente e analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para a aplicação das seguintes taxas para a cobrança da Derrama em 2021:-----

- a) 0,385% sobre o lucro tributável até os €150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);-----

b) 0,95% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

Elmano Silva – Boa tarde a todos. Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal, restantes elementos, presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhores presidentes de junta, comunicação social presente e público. No contexto atual que estamos a atravessar, refiro-me à pandemia Covid-19, entendemos que a proposta apresentada pelo executivo municipal, respeitante à derrama, fica muito aquém das expectativas. Perante isto, a bancada municipal do PSD não pode ficar indiferente. Isto, porque as empresas do nosso concelho atravessam um período de muitas dificuldades. Temos, sim, de criar condições para que as nossas empresas sejam sustentáveis e consigam manter os postos de trabalho. Numa altura em que o nosso município anda a apregoar que goza de boa saúde financeira, esta é a altura ideal para dar às empresas a ajuda necessária. Neste caso, levar a taxa da derrama para percentagens mais suaves. Para isso, passamos a entregar uma proposta de alteração para proceder à votação. Vou passar a ler a proposta: Sendo a derrama municipal uma taxa que incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), correspondendo à proporção do rendimento gerado na área geográfica de cada município por sujeitos passivos residente em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. Sendo Sever do Vouga um concelho de baixa densidade, com a população maioritariamente envelhecida, vendo as suas freguesias despovoadas e no caminho da desertificação. Querendo o PSD dar um alento àqueles que contribuem para o tecido empresarial no concelho, promovendo o seu desenvolvimento e dando um claro sinal de incentivo para outras empresas se fixarem no concelho, somos a propor a baixa da derrama para: 0% sobre o lucro tributável até os €150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC); 0,385% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados. Apenas para deixar duas notas muito breves que se prendem com os tempos que atravessamos. Sabemos que estes são tempos especialmente difíceis para as pessoas, algo que na deliberação relativamente ao IRS conseguimos contribuir para que a situação das pessoas não fosse tão má como se esperava, mas são, também, tempos altamente preocupantes para as empresas que estão a sofrer enormes dificuldades e sem empresas não há postos de trabalho. E é o emprego das pessoas que aqui está em causa. Por isso, nós não podemos deixar de sublinhar que o impacto do Covid naquilo que é o nosso tecido empresarial tem que ser devidamente minorado e, por outro lado, o CDS tem dito sempre, muito claramente, que é a favor da competitividade fiscal para fixação das empresas e criação de emprego, promoção do investimento.-----

David Alves – Boas tardes ou boa noite a toda a gente, senhores da mesa, senhores do executivo, companheiros da Assembleia Municipal, estimado público. Vamos, mais uma vez, falar da derrama. Falamos, mais uma vez, da competitividade das empresas, de se fixarem no concelho, de fugirem porque pagam quarenta euros à Câmara Municipal em cada mil euros de rendimento. Eu chamo à atenção disto: quarenta euros em cada mil euros de rendimento tributável. A empresa situa-se no concelho de Sever do Vouga, utilizando todos os meios que o município lhe põe à disposição, tem capacidade para pagar tributações autónomas de milhares de euros, tem capacidade de pagar 21% de IRC e depois não tem capacidade para pagar quarenta euros ao município. É disso que estamos a falar. Tão simples como isto. E eu, que faço empresas e lido com empresários, não tenho nenhum empresário que me pergunte quanto vai pagar de derrama. Perguntam quanto é que pagam de tributação autónoma porque têm viaturas, porque têm despesas de

representação. Perguntam quanto é que pagam de IRC, que passou para 12,5% porque felizmente ainda temos o benefício dos incêndios, pode ser de 21%, mas nunca vi ninguém preocupar-se e a perguntar-me porque é que paga derrama de 0,4% ou de 1%. E é isso que está em cima da mesa. O discurso de dizer-se que é preciso cativar as empresas para virem para Sever do Vouga é uma miragem. Não há nenhuma empresa que se desloque de Sever do Vouga por causa da derrama. Continuo a pensar que baixar de 0,4% para 0,385%, 1% para 0,95% e passar para 0 é indiferente para os empresários, mas é uma forma do município ter algum rendimento via esse imposto que fique cá, porque todo o resto das empresas vai para o Estado, vai para o bloco central. Aí nós não discutimos. Não discutimos uma tributação autónoma de despesas violentíssima, porque o IRC é sobre o rendimento e nós pagamos ao Estado um imposto sobre uma despesa e aí ninguém discute. E depois discutimos se é 0,4, 0,1 ou 0 num valor que eu digo numa micro e pequena empresa que tenha mil euros de rendimento paga quarenta euros à Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu continuo, também, da opinião da última intervenção, que não é o facto de a derrama ser zero ou 0,385. É indiferente. No município, há 301 sociedades a pagar derrama. A grande maior parte dessas empresas paga cerca de dezassete, doze, vinte e tal euros de derrama. É isto que impede a empresa de trabalhar cá ou de vir para cá? É com este incentivo que uma empresa nova se desloque para cá? Nós recebemos uma empresa que já tem onze sediadas no Vougapark e que hoje fez a entrada para entrar com mais dezoito empresas, ou seja, fica lá com trinta empresas inscritas e, algumas dessas, são das tais que, se calhar, pagam vinte euros, trinta e cinco. As maiores empresas que pagam algum valor significativo, trata-se de dois ou três milhares de euros que pagam, são aquelas grandes, não são estas cerca de trezentas. Também não é isto que nos põe a pedir, como eu digo, mas também às empresas não é isto que as afeta o facto de a pagar ou o facto de as motivar vir para cá mais empresas porque sabem que não vão pagar derrama porque a média e aquilo que se paga são valores ínfimos.-----

Sérgio Silva – Boa tarde mais uma vez. Na sequência da intervenção do deputado David Alves, também tenho que ser aqui lembrado que a grande parte dos impostos são, realmente, ao Estado, mas também lembrá-lo que parte desses impostos voltam à Câmara Municipal e é daí que, também, vem grande parte do orçamento da Câmara Municipal.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Lembro que a consequência da votação desta proposta, caso ela seja aprovada, é cair a proposta da Câmara Municipal.----- Foi colocada à votação a proposta apresentada pelo PSD para aplicação das seguintes taxas para a cobrança da Derrama em 2021:-----

- c) 0% sobre o lucro tributável até os €150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);-----
- d) 0,385% sobre o lucro tributável que exceda os €150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

A proposta do PSD foi aprovada, por maioria, com o seguinte resultado:-----

Quinze votos a favor – Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Treze contra – Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva e Renata Marques.-----

Declaração de voto de **Jorge Graça** – Renovo os votos, novamente, na pessoa do senhor presidente, a todos. A declaração de voto, em nome da bancada do PS, só para dizer o seguinte: O nosso voto contra, é evidente que não é que não manifesta o nosso desejo de que os municípios vivam com condições piores do que aquelas que, eventualmente, a vossa proposta luta. Nós partilhamos, exatamente, as vossas lutas e o vosso interesse na defesa de melhores condições de vida dos municípios de Sever do Vouga e custa-nos votar contra quando são propostas que, eventualmente, olhando para elas e isoladamente seriam nesse

sentido. Nós temos uma atitude responsável e nós apoiamos a Câmara Municipal. Quem tem a responsabilidade de gerir um orçamento é o executivo da Câmara Municipal e recorde aqui, só para justificar, as minhas aulas de hidráulica. Há aquela situação da lei das bases comunicantes, portanto, aquilo que eu vejo aqui é que vocês querem tirar dos dois lados. Querem tirar na entrada do tubo e na saída. Querem menos impostos, querem menos taxas, nós também queremos, mas depois querem mais obras e querem mais subsídios, querem mais benefícios. A lei da base comunicante, aquilo que entra é aquilo que sai, não há milagres. O executivo camarário também não vai fazer milagres. Aquilo que eu acho é que, eu sei, é uma atitude populista, digamos assim, eventualmente vão amanhã dizer que vão pagar menos IRS porque o CDS fez uma proposta, o PSD fez uma proposta de redução. Mas depois vemos, e muito bem, os senhores presidentes de junta virem aqui reivindicar mais obras, mais benefícios para as populações, melhores condições de transporte, e muito bem. Agora, acho que é uma atitude um bocadinho irresponsável e eu peço, sabendo que não vou ser atendido, a vossa capacidade de responsabilidade e de ponderação. Quando tiram de um lado, não peçam para aparecer mais do outro lado porque isso é impossível. Fazer mais chouriços com menos carne, só se enganarmos a população e isso não existe.-----

1.7 Agim – Saída do Município como Associado: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a saída do Município e do seu Presidente da Agim.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. O ponto que estamos a discutir, neste momento, já veio da sessão anterior por terem sido mais as dúvidas do que as certezas, sobre o que estava em cima da mesa. Três meses depois, continuamos com as mesmas dúvidas, senhor presidente. Conforme já dissemos, gostamos de transparência, e, esta situação da Agim parece muito mais opaca do que transparente. A informação que nos chega desta entidade é muito escassa, e falo mesmo da informação emanada daquela entidade. Uma das dúvidas que ficou foi precisamente não termos ainda as contas do exercício de 2019 naquela data, e terá sido transmitido que iria haver uma Assembleia Geral da Agim numa data próxima. Ora, não sabemos se houve, ou não, nem o motivo de não ter havido, o que é certo é que não temos aqui nem as contas do exercício de 2019, nem a ata de aprovação daquelas contas e, muito menos, o parecer do Conselho Fiscal da Agim. Senhor presidente, as dúvidas mantêm-se sobre o passado daquela entidade, que tem estado sobre a vossa gestão, e, pelo que foi veiculado cá para fora, ainda que indiretamente, com sucessivos resultados negativos. No exercício da minha atividade profissional já requeri insolvência de entidades com passivo inferior ao da Agim, que mais parece mesma essa a sua situação. Agora, esvazia-se essa entidade do único ativo considerável que tem, que pode não ser suficiente para cobrir o passivo e aí sim vamos lançar mesmo, de uma vez por todas, esta entidade para a insolvência oficial. Porque nos parece que só há custa desta ligação à Câmara é que esta entidade ainda não foi declarada insolvente. Foi a vossa gestão, anterior e atual, que conduziu a Agim para o que nos parece ser um buraco financeiro considerável. Continuamos sem saber como foi criado tal passivo, e o mais estranho é que parece que vossas excelências também não nos querem prestar essa informação, afinal o que sucedeu, haverá gato escondido com rabo de fora! Não se trata de estar a implicar com uma associação com o seu valor e outros sócios, o que sabemos é que a sua criação partiu da Câmara Municipal, já no ano de 2006, por escritura no seu cartório privativo e desde aí sob a vossa gestão e agora, como um salto de fé, pedem-nos que vos libertemos das vossas responsabilidades, passadas, presentes e futuras. Queremos estar esclarecidos e não estamos, tanto mais que, por uma leitura atenta da ata do dia 09 de setembro, deste ano, foi possível perceber que não somos os únicos com dúvidas, pois que alguns dos senhores vereadores também querem mais esclarecimentos, inclusive com pedido de auditoria às

contas da Agim. Pois que, perante a situação de saída da Câmara da Agim pretendemos saber se estamos a agir corretamente para, no futuro, não virem os associados e clientes da Agim dizer que nós permitimos que aquela entidade ficasse vazia e encerrasse por nossa culpa. Pelo que a auditoria faria sentido. Senhor presidente, por aquilo que foi deixado antever por aquele pequeno estudo, com certeza elaborado com cuidado, mas por funcionário da Câmara e não por contabilista certificado da Agim, ou do Conselho Fiscal, vejo muitas incertezas muitas dúvidas, muitos “ses” na equação. Senhor presidente, não sei. Não sei e não gosto de tomar decisões baseadas num não sei. Já agora, senhor presidente, como da última vez me disse que os estatutos da Agim que consultei estavam desatualizados e na página da Agim continuam os mesmos e, se vamos decidir algo hoje, aqui, que terá influência naquela sociedade e estatutos, o mínimo que se esperava era que nos apresentasse os estatutos atualizados sobre os quais nos pedem uma tomada de decisão.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara. Volta o assunto da Agim a esta Assembleia Municipal. Não é a primeira vez, não é a segunda vez, não é a terceira vez, não será, provavelmente, a última vez que aqui virá. E começaria, desde já, por dizer o seguinte: eu tenho as maiores dúvidas que o senhor presidente da Câmara possa estar sentado, onde está sentado, neste momento, a participar na discussão deste ponto, uma vez que, sendo presidente da Agim, não só não pode participar na discussão como não podia, na Câmara Municipal, participar na votação e, senhor presidente da Câmara, fica este alerta. A sua participação nessa associação, enquanto presidente e representante legal da mesma e enquanto presidente do município, nos termos da lei, inibe-o de participar nesta discussão. E, senhor presidente da Câmara, a verdade é que a sua intervenção, aqui, foi tudo menos esclarecedora e posso dizer-lhe que não convenceu ninguém. Pelo menos ao CDS não convenceu de todo. Há factos que são inelutáveis. Estamos a falar de uma associação que foi presidida pelo senhor presidente da Câmara e pelo seu antecessor do mesmo partido. E o que é que os senhores fizeram? Ao que parece, levaram esta associação à falência. Portanto, quem, em primeiro lugar, deve explicações, aqui, é o senhor presidente. E nós continuamos sem ter as contas, que revela a tremenda opacidade de tudo o que se passou em relação a esta associação e à forma como os senhores conduziram as coisas. Em segundo lugar, aquilo que nós temos é o problema da situação financeira da Agim que nos preocupa pela sua opacidade e pela falta de explicações por parte do senhor presidente da Câmara e da Câmara. Nós temos outro ponto que nos preocupa e que chamámos à atenção da última vez que este tema esteve aqui em discussão na Assembleia Municipal, que é, qual é a viabilidade da Agim e, se depois da Câmara ter levado a Agim à falência, se não acaba por enjeitar a criança e dizer agora virem-se e resolvam o problema porque é evidente que, se não temos um estudo da viabilidade financeira, em relação à Agim, quanto ao seu futuro, significa que a Câmara vai lavar as mãos dos destinos desta associação que criou e que desgraçou. Porque, reparem, um dos pontos que já tivemos aqui em discussão em determinada altura, a propósito da Agim e que foi retirado pela Câmara e nunca mais foi reapresentado, tinha exatamente a ver com um contrato que era celebrado com a Agim para financiar os projetos e que aquilo que nos foi dito aqui é que, comparado com outras entidades, até de natureza empresarial que atuava no mercado, a Agim estaria com preços muito acima daquilo que eram praticados no mercado, o que significa que não teria condições, sequer, para competir nesse mesmo mercado. Depois, vamos à questão da marca. Sabemos que houve uma avaliação quanto ao valor da marca. Bom, se a Agim pertence aos associados, desde logo, 51% dessa marca já pertence ao município porque é a parte de associado que tem. Como é que o senhor presidente faz essas contas - que é - deixa o buraco na Agim e depois diz: e agora compramos a marca em que 51% é meu. Eu gostaria de saber, em primeiro lugar, se a responsabilidade do município, em relação ao buraco da Agim, também representa esses 51% ou se esses 51% pagam o buraco. É essa conta que não temos. É isso que não nos tranquiliza. Portanto, dizer-se à Agim: vocês agora vão-se lá

embora, eu até vos pago aquilo que corresponderia à minha parte da marca, que é 51%, mas o buraco fica a ser só vosso. E, depois, é bom ter em atenção que, face àquilo que já foi o adiamento, a pedido de vários deputados municipais, da proposta que a Câmara cá trouxe, relativamente à contratualização com a Agim de apoios financeiros, eu confesso-vos que tenho as maiores dúvidas que a questão esteja a ser bem resolvida e, senhor presidente, esta proposta foi adiada para o senhor presidente poder criar condições para nos tranquilizar. Infelizmente, não o fez. Registo as diligências que tomou, mas, infelizmente, não o fez e eu volto a chamar à atenção, para terminar esta minha intervenção, de que, além do mais, nós temos um problema de origem, que é o senhor presidente não só não pode participar nesta discussão como não pode votar. Não pode votar na Câmara e aqui não pode participar na discussão e na Câmara também não poderia participar na discussão.

Jorge Graça – Mais uma vez renovo os votos a todos na pessoa do senhor presidente da Assembleia. Como bem se recordam, já fiz várias intervenções, em diversas ocasiões, sobre a Agim. Nessas intervenções tentei apresentar, sobre o meu ponto de vista, as razões que justificam a importância de existir esta entidade no nosso concelho. É verdade que, felizmente, temos mais entidades em Sever do Vouga a desenvolver atividades em áreas semelhantes às da Agim e que, por isso, também são de vital importância. Cito a Mirtilusa e a Cooperativa Bagas de Portugal. Mas, este ponto é concretamente sobre a Agim. Estou convencido que a reconhecida importância da existência e continuidade desta entidade colhe, nesta assembleia, um amplo consenso. Nisto, estaremos quase todos de acordo, o que já é um bom princípio. Dentro de alguns minutos, teremos a oportunidade de votar favoravelmente a saída do município da Agim. Lembro que é já a segunda oportunidade para o fazermos. Compreendemos que, na primeira oportunidade, até porque a nossa bancada concordou com a retirada do ponto, não se tenha avançado dado as dúvidas levantadas consideradas aceitáveis para um voto consciente. Esclarecidas essas dúvidas, diante outros, no relatório de viabilidade económica e no estudo de avaliação das marcas a adquirir pelo município, que nos foram disponibilizados, estaremos todos, com certeza, esclarecidos e em condições de votar favoravelmente este ponto, pois, relembro que aqui chegamos, também o resultado de várias intervenções das bancadas da oposição que muito criticaram o modelo vigente até hoje, não só, mas principalmente, na questão do presidente da Câmara ser, por inerência, o presidente da Agim. Pelos estudos apresentados, não restarão muitas dúvidas de que a solução em apreço será a melhor e, talvez, a única, quer para o município, quer para a Agim, pois, resumidamente, a Agim pode conseguir, desta forma, a sua viabilidade financeira e, conseqüentemente, a sua continuidade e o município garante essa continuidade, que é importante para um setor fundamental, ganha independência em relação à Agim e garante a continuidade, em Sever do Vouga, de marcas tão fortes, apetecíveis e imprescindíveis como “Feira do Mirtilo”, “Feira Nacional do Mirtilo”, “Sever do Vouga - Capital do Mirtilo” que, de outro modo, poderão vir a ser adquiridas por terceiros. Face ao atrás referido, entendo o atraso que esta assembleia tem imposto a à resolução deste processo, pois são aceitáveis as dúvidas que pretenderam esclarecer. No entanto, aqui chegados, não restará a esta assembleia outra alternativa senão a de votar favoravelmente este ponto. Quaisquer outras razões apresentadas para não votar já e favoravelmente este ponto, só se poderão justificar a quem queira, eventualmente, continuar a fazer da Agim um “Cavalo de Batalha” contra o executivo na sua agenda política. Esta assembleia tem, hoje, a oportunidade de resolver um problema que urge, principalmente para a Agim, e que há muito se arrasta. Decidiremos, então, nós deputados municipais, se queremos fazer parte da resolução deste problema ou se queremos que a Assembleia Municipal de Sever do Vouga constitua, em si mesma, o problema e/ou o arrastar da resolução do problema da Agim, que se vai agudizando com o passar do tempo.-----

António Dias – Obrigado, senhor presidente. Mesa, senhor presidente da Câmara, vereadores, senhores membros da Assembleia, minhas senhoras e meus senhores. A última sessão da Assembleia Municipal, se bem me recordo, eu vim aqui dizer que não ia

votar um documento sem saber as contas e um documento que é a saída da Câmara de uma associação que foi constituída no meu tempo. Eu votei favoravelmente à constituição e disse, na altura, que não ia ser o cabouqueiro dessa associação ou dessa empresa. O que é que acontece? Conforme eu, estão aqui mais pessoas da área da contabilidade e sabem, perfeitamente, que é necessário contas. Eu não vi contas nenhuma. Houve alguém, até da bancada do PS, que veio aqui dizer que seria de bom tom haver a prestação de contas de 2019 e, eventualmente, o primeiro semestre de 2020. Nada disso, o senhor presidente ficou de o trazer, de nos dar a conhecer e nada disso foi feito. Mais uma vez peço que este ponto seja, eventualmente, votado noutra sessão. Já agora, eu vi essa avaliação e gostava, se calhar, de duas avaliações independentes. Eu sou perito avaliador e isso, muitas vezes, é feito à maneira de quem o pede. Isto sem desprimor para ninguém. Já agora, quero duas ou três empresas, porque avaliar uma empresa dessas com um passivo que está, tecnicamente, falida, falando corretamente, não é para trazer aqui assim de barato. Eu vi que a Câmara tem 51% e eu pergunto – o passivo é de cento e muitos mil euros, a marca foi avaliada em cento e muitos mil euros, certo? A Câmara, ao sair, recebe 51% e eu pergunto – o restante? Depois vai pagar só 49%? Era isso que eu gostava de ver aqui esclarecido, se faz favor.-----

Presidente da Câmara Municipal – Aquilo que, na altura, se falou, só uma resposta em relação à falta da prestação de contas aqui. Não foi realizada, ainda, a assembleia geral da Agim precisamente por esta situação, por estarmos à espera disso para associarmos essas coisas na próxima assembleia geral. A assembleia geral para aprovar as contas, mas as contas estão aí, as contas da Agim foram aprovadas em direção.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo reprovou a proposta de saída do Município e do seu Presidente da associação Agim, com o seguinte resultado:-----

Doze votos a favor – Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva e Renata Marques.-----

Dois abstencões – António Cruz e José Sousa.-----

Catorze votos contra – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.8 Orçamento 2020 – 11ª Alteração Modificativa: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 11ª Modificação Orçamental, com anulações na receita e na despesa no valor de €50 000,00 (cinquenta mil euros).-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

Tony Martins – Senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes das juntas de freguesia, minhas senhoras e meus senhores. Na Assembleia Municipal de junho de 2019, o executivo apresentou uma proposta de revisão orçamental onde resumidamente, eram transferidas verbas do arranjo urbanístico do largo do Couto para a reabilitação da Cascata da Fílveda e do Parque da Cabreia, a bancada do PSD votou contra essa alteração, pois na nossa opinião, eram perfeitamente exequíveis a realização das obras em simultâneo. Verificamos agora, que essas obras previstas foram realizadas apenas parcialmente e que este executivo apresenta já outra “Alteração Modificativa”, para não dizer “revisão orçamental”, onde se propõem trocar obras e gastar € 140 000,00 do dinheiro dos contribuintes em propriedades industriais da Agim sem nos assegurar e a todos os severenses que estão salvaguardados e protegidos os seus interesses futuros. É impossível fazer um qualquer juízo de valor relativamente a esta empresa sem o conhecimento das contas de 2019. Por uma questão de transparência, é prioritário que uma empresa participada do Município tenha as contas em ordem e que as mesmas sejam apresentadas à Assembleia Municipal. Sabendo que o

Município exige, e bem, às associações a apresentação do relatório de contas aprovado em Assembleia Geral, como condição para atribuição de subsídios, preocupa-nos que não sejam estabelecidos os mesmos critérios relativamente à Agim, quando o presidente da mesma é o próprio presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga. Quanto ao documento apresentado, não compreendemos como é que este não reflete em si, a real situação atual do Concelho que estamos a atravessar, isto é, com a evolução e agravamento da pandemia Covid-19, urge planejar, adaptar e ajustar o orçamento de forma a realocar os meios onde eles são ou serão realmente necessários. Todos sabemos que a grande maioria dos eventos foram cancelados, ou estão com muitas restrições - sejam de culto, desportivos ou culturais, logo, podemos desde já deduzir que as verbas destinadas aos mesmos não foram nem serão utilizadas. Desta forma, não compreendemos a razão por que não vemos isso mesmo refletido na revisão do orçamento, realocando as verbas previstas para outros sectores que certamente necessitam tais como a educação e saúde. Já que falamos em saúde, perguntamos ao executivo, onde está o Plano Municipal de Saúde aprovado por esta Assembleia Municipal? Lamentamos que, mais uma vez, o executivo tenha desperdiçado uma oportunidade única de reestruturar o documento de forma a adapta-lo à nova realidade e aproveitar o momento para reforço das áreas com carência comprovada, anteriormente referidas, e que o concelho tanto necessita. Em nome dos severenses, é exigido um maior rigor e planeamento para o concelho. Muito obrigado pela vossa atenção.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados municipais. A propósito da discussão deste ponto, o CDS tem feito sempre questão de lembrar aquilo que foi o processo orçamental para este ano. Como sabem, esse processo orçamental resultou de um entendimento entre maioria e oposições e aquilo que era a posição de regra do CDS, relativamente às alterações orçamentais nos anos anteriores, que era de viabilizar dizendo que era uma questão de execução, chamámos à atenção para que deixaríamos de ter essa posição como regra e analisaríamos alteração orçamental a alteração orçamental de modo a verificar se essas alterações desvirtuavam, ou não, o orçamento que tinha sido acordado com as oposições. Ora, há, desde logo, um ponto que nos parece, em relação a esta proposta de alteração orçamental, é que ela peca por insuficiência por um lado, porque há compromissos que foram assumidos e que, neste momento, não estão a ter o desenvolvimentos que nós desejaríamos, mas, também, que esta proposta está já, parcialmente, prejudicada. Eu admito que o senhor presidente da Câmara não tenha condições para alterar agora a proposta aqui na reunião da Assembleia até porque teria que reunir a Câmara para o poder fazer, mas a verdade é que, aquilo que é a verba que estava destinada à compra das marcas à Agim não poderá ser executada, uma vez que foi chumbada a proposta no ponto anterior, o que significa que temos aqui cento e quarenta mil euros que devem ser realocados. Gostaríamos, até, de ouvir o senhor presidente da Câmara sobre o destino que tenciona dar, na próxima alteração orçamental, não sei se entretanto conseguiu pensar, ou não, mas a verdade é que, por exemplo, o CDS tem falado insistentemente na questão da praia do Couto de Esteves e gostaríamos que esse importante investimento para o desenvolvimento do concelho tivesse tido outro andamento. Tivemos oportunidade, também, de estudar a informação escrita e verificámos que há empreitadas que estão a avançar e, senhor presidente, não é só de críticas que se faz uma reunião da Assembleia Municipal, mas, evidentemente, que não podemos deixar de chamar à atenção para aquilo que são o estado da execução daquilo que foi acordado com as oposições, mas também diria que, se às vezes nós notamos a dificuldade que os senhores têm para executar os vossos próprios compromissos eleitorais, ironicamente eu diria que compreendo as dificuldades que têm para cumprir os compromissos que assumem connosco. Fica esta nota, com alguma ironia, senhor presidente, mas qual é o destino que irá ser dado, então, aos cento e quarenta mil euros que, neste momento, deixam de fazer sentido que conste desta alteração orçamental.-----

Sérgio Silva – Renovo os cumprimentos na pessoa do senhor presidente da mesa e dizer que, quando a obra começa torta, dificilmente se endireita. Não posso deixar passar este momento e a comemoração dos dez anos do lançamento da primeira pedra do Centro Escolar de Couto de Esteves para deixar aqui três notas relativas a esta obra. Esta foi, sem dúvida, a melhor obra construída na freguesia nos últimos quarenta anos, não fosse logo a seguir, em 2015, este município atualizar a carta educativa e definir que o Centro Escolar de Couto de Esteves seria para fechar no curto prazo. Dizer, também, que a necessidade de fazer uma modificação orçamental para impermeabilizar aquele edifício, não é mais do que a reparação dos erros que o senhor presidente da Câmara e seu antecessor cometeram em todo o processo de construção do edifício, que foi inaugurado apenas há oito anos atrás. Por fim, deixar aqui mais uma nota de falta de respeito a todas as crianças, a todos os docentes e não docentes e à população de Couto de Esteves, que durante estes oito anos não tiveram um dia de chuva que não chovesse lá dentro ao ponto do edifício estar nas condições degradantes das fotos que aqui apresento. Já agora, e antes de qualquer intervenção do presidente da Câmara, dizer que o não funcionamento do aquecimento nada tem a haver com a impermeabilização do edifício, tem a haver com incompetência.-----

Presidente da Câmara Municipal – Felizmente, temos cá gente muito competente. O senhor presidente da junta é competência no significado lato da palavra. Graças a Deus. Estamos bem servidos com o presidente da junta de Couto de Esteves. Salva-nos ao menos isso. E não digo mais nada sobre isto. Relativamente à intervenção do Dr. António Carlos, para lhe dizer que, na revisão alteração apresentada constam quatro situações, tirando essa. Para onde é que vai o dinheiro dessa se ele não for aplicado? É óbvio que vai para todas as outras para reforçar onde for necessário naquelas que estão em execução no orçamento. Não vem criar nada para acrescentar, por exemplo, à praia fluvial do Couto de Baixo porque essa está cabimentada. Estamos a finalizar e, possivelmente, vai para o Diário da República segunda ou terça-feira, portanto, essa já foi cabimentada. Quando for lançada a obra está lá, não precisa de ir buscar dinheiro a mais nenhuma dessas. O ponto de situação da zona de fruição está na informação escrita, está naquelas que estão para ir a concurso. Essa era da listagem do orçamento que foram reforçadas todas elas para avançar. De acordo com a informação que tenho dos serviços técnicos, vai entrar para o Diário da República na segunda-feira. Eu já tinha transmitido isto aos senhores presidentes da junta. Ainda hoje aqui não disse, mas eu já tive reunião com os senhores presidentes da junta e, algumas daquelas coisas que eles gostam de vir para aqui trazer para cima, foram discutidas nessa reunião e foi-lhes informado como é que estava o ponto de situação em relação a cada uma delas. É mais bonito dizê-lo aqui do que dizê-lo na nossa reunião, tudo bem. É o gosto de cada um. É evidente que, não ser aplicado nesta situação, ele vai ser para alimentar o orçamento. Um outro esclarecimento em relação a isto, é que, a alocação de verbas do Covid-19 está diretamente suportada pela lei e é óbvio que ela foi buscar verbas aos eventos não realizados e a outras coisas. As despesas estão cobertas pela lei e vão buscar ao orçamento, como é óbvio. Relativamente ao Plano Municipal de Saúde, mais uma vez, também já hoje aqui falei nisso, e tive oportunidade, inclusive, de falar no intervalo com Patrícia Santos lá fora, nós temos tido alguns problemas para lançar este projeto, mas temos por dificuldade externa, não temos gente que, aliás, eu já transmiti esta situação, inclusive, à ARS para me disponibilizar um técnico para fazer isto porque tenho tido alguma dificuldade em ter uma empresa a querer aceitar este processo, porque a maior parte delas dizem-me que não tem experiência nesta coisa e que não estão disponíveis para isso. É óbvio que temos de encontrar uma solução e ela, se calhar, partirá pela criação de uma equipa onde, também já disse, a Patrícia Santos e a outros, que poderão entrar livremente. Nós temos aberta, ainda, uma bolsa de voluntários e quem quiser disponibilizar-se como voluntário, seja para o que for, voluntário dá para várias coisas na prevenção e para colaborar com o município, estejam à vontade, façam o favor de se inscrever que já lá temos muitos, felizmente. Mantemos essa bolsa aberta para qualquer eventualidade.-----

Tony Martins – Obrigado, senhor presidente. É só mesmo para explicar uma situação que o senhor presidente referiu. Agora ainda temos oportunidade de adiar a situação, mas a partir do ano que vem já será um problema que temos mesmo que gerir. Eu julgo que as nossas intervenções têm sido sempre no meio da prevenção e antecipação dos problemas. Julgo que será melhor a Câmara, neste caso o executivo, começar a pensar a sério neste assunto da saúde.-----

Presidente da Câmara Municipal – Só para dizer que estas e outras coisas, como é óbvio, irão ser discutidas no próximo orçamento que está em fase inicial de discussão e criação.-----

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 11ª Alteração Modificativa.-----

Catorze votos a favor – Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva e Renata Marques.-----

Catorze abstenções – Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.9 Compromissos Plurianuais – Autorização (Arrendamento Estacionamento): - Nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, assumir os compromissos plurianuais relacionados com o arrendamento de um terreno, com a área de 370m², sito junto ao estacionamento por detrás do Centro das Artes e do Espectáculo e para aumento do mesmo espaço de estacionamento, mediante o pagamento de uma renda mensal no valor de €140,00 (cento e quarenta euros), através da assinatura de um contrato pelo prazo de cinco anos, com possibilidade e renovação.-----

Vinte e dois votos a favor – Alexandre Machado, Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques e Tony Martins.--

Seis abstenções – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Edite Rodrigues, Pedro Mendes, Sérgio Silva.-----

Diana Paiva saiu depois da votação deste ponto.-----

1.10 Concurso para Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social – Designação do Júri: - No seguimento da aprovação da abertura de um procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente 2º Grau – Chefe de Divisão para a Unidade Flexível de Desenvolvimento Social, em reunião de Câmara de 9 de setembro de 2020, o presidente da Câmara Municipal apresentou proposta à Assembleia Municipal para a designação do respetivo júri, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa. O senhor presidente da Câmara lembrou-se, e bem, da minha expressão relativamente àquilo que é a nova estrutura orgânica que a maioria aprovou para a Câmara. E é verdade, é uma estrutura em que são mais os chefes do que os índios e aquilo que é um mau organograma com profusão de chefias por todo o lado, começam agora os senhores a preencher esses mesmos lugares. Eu, com toda a franqueza, não me interessa se esses lugares já estão destinados a alguém ou não, se estão pensados para alguém ou não. Há uma certeza que eu tenho, é que, a estrutura, tal como os senhores a construíram, é errada, tem custos, em termos de despesa de pessoal, para o município, que são custos elevadíssimos. Basta olhar aquilo que foi a execução financeira, que vem na informação escrita e percebem que os custos com o pessoal estão a aumentar muito acima do que era desejável, portanto, é evidente que o CDS irá chumbar estas duas próximas propostas e dispenso-me de vir cá da próxima, porque não estamos de acordo com a forma como os senhores estão a conduzir este mesmo processo.--

Presidente da Câmara Municipal – O que vem aí são duas propostas para dois lugares de chefe de divisão e, curiosamente, se tiverem um bocadinho para ver a proposta, o júri, indicado por mim, e que vem aqui para aprovação, são pessoas de outros municípios aqui à nossa volta que têm esta categoria ou acima dela. Posso dizer-vos que, em cada um dos municípios que nos emprestam, por assim dizer, vogais para o júri, eles não têm um chefe de divisão, nem dois, nem dez, eles têm mais, portanto, isto não é nada de anormal em relação a isso. Por outro lado, pode ser exatamente a inviabilização do direito de progressão que é normal das pessoas progredirem. Devo dizer-vos que, há dias fiz o exercício numa instituição, não vou dizer qual, que tinha 859 funcionários, penso eu, 500 e tal eram técnicos superiores e, desses aí, 29 eram chefes de divisão e 19 diretores de departamento. Então, se formos a aplicar a tal fórmula dos índios, traduza isso aí, dividam-me isso aí e, então, aí, incomparável muito mais do que isto porque isto é uma coisa perfeitamente irrisória. Nós temos uma Câmara que apenas tem um lugar de chefia. É evidente que isto é, também, para melhorar o serviço, para garantir mais responsabilidade aos chefes dos serviços, como é óbvio, porque eles aqui são iguais, tanto vale aquele que tem 30 ou 40 anos de serviço e que chefia, efetivamente, uma secção ou uma divisão, do que o outro que trabalha ao lado com ele. Isto é, como digo, para melhorar o serviço, para criar mais responsabilidade, mais dedicação, acreditando que as pessoas têm esse direito, também, de, ao longo do tempo, melhorarem a sua situação em termos de serviço.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara, há aqui um equívoco que eu não posso deixar que o senhor presidente da Câmara alimente. É que não há nenhum direito de progressão na carreira para cargos de chefia. O que existem são direitos de progressão naquilo que são os diferentes escalões da administração pública e da função pública com os diferentes índices remuneratórios e que a lei estabelece. Os cargos de chefia existem porque são do interesse municipal existirem em termos da sua própria organização. Não há cá direito de progressão. E o problema, senhor presidente, e digo com toda a franqueza que a responsabilidade, até pela discussão que estamos a ter, é do senhor presidente e é desta maioria, é que, se tivesse apresentado um organograma com as chefias com o mínimo de racionalidade face àquilo que seria desejável para o município de Sever do Vouga, nós poderíamos, neste momento, não estar a discutir estes concursos. Agora, a partir do momento em que nos apresenta algo que nós consideramos absolutamente irracional em que não se percebe o critério pelo qual são criados esses chefes, em que, conforme disse, e bem, são mais os chefes que os índios, é óbvio que nós não podemos deixar abrir esta porta. Se me dissesse que aquilo que nós vamos ter é xis chefes de divisão porque é essa a estrutura que precisa no município e se nós percebêssemos essa mesma estrutura, poderíamos discuti-la e, podendo ou não estar de acordo, a partir daí, podíamos tomar a nossa posição em relação até a cada uma das chefias que, eventualmente, viesse aqui para abrir o concurso. Coisa completamente diferente é ter feito a proposta que fez e a ter conseguido aprovar, que é absolutamente irracional, e agora vem, salmizando essa mesma proposta, ou seja, a conta-gotas para ninguém reparar, vem a pouco e pouco, apresentar esses mesmos concursos. E nós não achamos que se deva dar início a esse processo desta forma, portanto, se o senhor presidente quiser alterar aquilo que foi a orgânica que nos apresentou e nos disser, efetivamente, quais são aqueles que são para preencher e aqueles que são a sério, não são brincadeira, então aí poderemos, evidentemente, fazer esta discussão com outro sentido. Não o fazendo, e percebendo eu, até pelo seu à parte, que não o tenciona fazer, o voto do CDS é claro e é consistente com aquilo que foi o nosso voto na orgânica municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Só para dizer que nós não andamos aqui a brincar com estas coisas. O senhor acabou de dizer isso. Então o senhor vem agora propor que anule uma estrutura orgânica que nós aprovámos aqui, devidamente fundamentada, embora os senhores não tenham gostado e, pelos vistos, continuam a não gostar. Sabe qual é o risco que nós corremos com isto? É que começamos, daqui a tempos, a ter estas pessoas a fugirem dos lugares e concorrerem para outro lado. Já aconteceu nos últimos tempos.

Tivemos três ou quatro técnicos superiores, de grande valia, que concorreram para fora porque ficam amarrados aqui toda a vida a esta situação porque não tem hipótese, sequer, de poderem melhorar a sua situação e de a justificar. A estrutura orgânica foi definida precisamente para isso, para melhorar lugar a lugar, serviço a serviço. Aquilo que eu disse, há bocado sobre a responsabilidade, a motivação, o trabalho, a rentabilidade dos funcionários, alguns deles, andam completamente desiludidos porque andam há vinte e trinta anos assim sem progredir. Quando me referi a progressões, é óbvio que na lei progressão é uma coisa diferente, eu digo progressão no sentido de melhoria do seu estatuto, principalmente isso, da atribuição de responsabilidade, da orientação que ele toma, que já faz o serviço como chefia de um serviço e que não é devidamente reconhecido por aí, portanto é nesse sentido, apenas. Isto é cortar as pernas a quem quer melhorar porque é óbvio que tem esse direito, e matar o serviço e dar cabo do serviço porque alguns deles, é o que eu digo, vão concorrer a outros concursos de fora para sair, como é óbvio.--- O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a designação do júri para o procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente 2º Grau – Chefe de Divisão para a Unidade Flexível de Desenvolvimento Social, composto pelos seguintes elementos:-----

- Presidente:-----
Dr. Luis Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Sever do Vouga;-----

- Vogais efetivos:-----
1º Vogal efetivo – Dr.ª Sónia Maria Pires de Almeida Valente, Chefe de Divisão de Educação e Ação Social da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha;-----
2º Vogal efetivo – Dr.ª Adriana Sofia Clemente Mesquita, Chefe de Divisão de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Águeda.-----

- Vogais suplentes:-----
1º Vogal suplente – Eng.º Rui Amadeu Ferreira Gomes de Castro, Chefe de Divisão de Obras Municipais, Equipamentos e Vias, da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha;-----
2º Vogal suplente – Eng.ª Glória Helena Fonseca Calado Costa, Chefe de Divisão de Espaços Verdes e Higiene Pública da Câmara Municipal de Águeda.-----

Catorze votos a favor – Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva e Renata Marques.-----

Oito abstenções – António Cruz, Cipriano Nogueira, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Cinco votos contra – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

1.11 Concurso para Chefe de Divisão de Obras Municipais – Designação do Júri: - No seguimento da aprovação da abertura de um procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente 2º Grau – Chefe de Divisão de Obras Municipais, em reunião de Câmara de 9 de setembro de 2020, o presidente da Câmara Municipal apresentou proposta à Assembleia Municipal para a designação do respetivo júri, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a designação do júri para o procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente 2º Grau – Chefe de Divisão de Obras Municipais, composto pelos seguintes elementos:-----

- Presidente:-----
Dr. Luis Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Sever do Vouga;-----

- Vogais efetivos:-----

1º Vogal efetivo – Eng.º Rui Amadeu Ferreira Gomes de Castro, Chefe de Divisão de Obras Municipais, Equipamentos e Vias, da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha;-----

2º Vogal efetivo – Eng.ª Glória Helena Fonseca Calado Costa, Chefe de Divisão de Espaços Verdes e Higiene Pública da Câmara Municipal de Águeda.-----

- Vogais suplentes:-----

1º Vogal suplente – Dr.ª Sónia Maria Pires de Almeida Valente, Chefe de Divisão de Educação e Ação Social da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha;-----

2º Vogal suplente – Dr.ª Adriana Sofia Clemente Mesquita, Chefe de Divisão de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Águeda.-----

Catorze votos a favor – Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva e Renata Marques.-----

Oito abstenções – António Cruz, Cipriano Nogueira, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Cinco votos contra – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

-----Período destinado ao público-----

Seguidamente, foi dada a palavra às pessoas presentes e que se inscreveram para participar neste ponto da ordem de trabalhos, o presidente da Assembleia Municipal transmitido que o procedimento é o habitual, chegam ao púlpito, identificam-se, dizem onde moram, colocam as questões e mais tarde receberão as respostas. -----

Albino Leitão, natural de Couto de Esteves, residente em Rocas do Vouga. Boa noite. Da última vez que aqui estive, perguntei ao senhor presidente da Câmara quem é que passou a licença para o senhor fazer um muro na Travessa do Casal e o senhor presidente mandou-me uma carta a dizer que o presidente da junta não tem elementos e para eu meter isto em tribunal. Não foi isso que eu perguntei. Perguntei-lhe quem é que passou licença para fazer aquele muro que está a pedra e betão. Por outras coisas é que eu tenho avançado o muro, tenho sido ameaçado de morte, e aquele senhor espetou uma câmara de filmar em cima, portanto, se alguma coisa acontecer, a responsabilidade tem de ser do senhor presidente.-----

Vítor Leitão, filho de Albino Leitão. Boa noite a todos. Venho aqui, também, falar sobre a história do caminho que, para mim, é uma história que já vem de há uns anos para cá e, sinceramente, chega a um certo ponto que começa a chatear. É uma história que o presidente da Câmara empurra para o presidente da junta, o presidente da junta empurra para o presidente da Câmara. Tenho vindo a assistir a certas assembleias, desde o princípio do ano, e tenho visto que respostas são nulas, são fracas, sem pés nem cabeça, ou seja, não há decisões nenhuma. Sinceramente, são poucas pessoas, eu e o meu pai, praticamente, e poucas pessoas passam nesse caminho que, para mim, penso que sempre foi caminho, pois tenho quarenta e um anos e sempre passei lá, passei uma grande infância no Couto, hoje em dia continuo a passar lá, sabendo que tem lá o muro, passo a pé, não sei quais foram as razões para fechar o caminho, não sei porque deixaram fechar o caminho, sei unicamente que ele está fechado, já há uns anos, e nada foi feito para o abrir. Sei, perfeitamente, que aquilo era um caminho do meu conhecimento, porque passaram lá tratores, a ambulância, que ia de marcha atrás a casa do meu avô, ou seja, hoje em dia, para ir lá a ambulância se calhar vai de helicóptero ou, então, vai deixar estacionada cá atrás e nada foi feito. São coisas que vão passando e espero bem que vocês breve resolvam de uma maneira ou de outra ou, se calhar, irá, como diz o meu pai, haver estragos, haver se calhar alguma coisa que se vai passar e que não vai ser bom para ninguém e, como eu digo, e como o meu pai diz, alguém vai ser responsável. Isso é uma coisa que eu vinha aqui desabafar e ver se há uma resolução. Outra coisa que eu vinha aqui pedir ao presidente da Câmara, uma coisa simples, o meu filho anda na escola de Rocas do Vouga e já lá fui, algumas vezes, a pé, habito perto da escola, uma coisa que eu reparei ao longo de ir lá a pé,

tanto eu como a minha esposa e os meus filhos passam a pé e não há sinalização de escola, há unicamente uma tabuleta a dizer escola. Hoje em dia estamos a caminhar para o inverno, vai fazer de noite e muito menos há uma passadeira, um sítio para passar, já que não há passeio, não se pode ter tudo, mas gostava de pedir uma passadeira e melhor sinalização principalmente que estamos a chegar ao inverno.-----

Artur Marques Arede, residente em Fontelas, Cedrim. Queria colocar aqui umas questões muito breves em relação a questões triviais do dia-a-dia da gestão camarária. Gostava de saber se vai haver orçamento participativo este ano. Gostaria de saber se existe alguma data para o plano de vacinação antirrábica. Por outro lado, o Despacho 6615/20 estipulou um plano de esterilização aos municípios com um apoio de cerca de quinze mil euros, se não estou em erro. Gostaria de saber se existe algum projeto para levar este processo avante. Há poucas semanas detetei que, no Centro de Saúde, existe um pilar, na porta principal, que está completamente descarnado com ferro à vista e, embora não ponha em perigo a estrutura, dá um certo ar de abandono e desmazelo. Acho que isso poderia ser resolvido. Há uma questão que me aconteceu há dois ou três dias. Eu faço a gestão da página Severi e, curiosamente, detetei no Jornal Beira Vouga, a promoção da Rota do Cabrito. Fui à página da Câmara e não vi essa promoção. E a Rota do Cabrito, como toda a gente sabe, é apoiada pela Câmara Municipal. Nós temos aqui um problema de comunicação no site da Câmara, que não é de agora, não é em relação a isto, mas é em relação a muitas outras coisas. Queria sugerir, se fosse possível, que colocassem alguém com capacidade para gerir aquilo diariamente ou, pelo menos, sempre que se justificasse, para que não aconteçam situações destas. Não é muito curial eu estar a promover um evento antes da própria Câmara, sendo a Câmara patrocinadora. Antes de vir para aqui, tive curiosidade em ir à plataforma da base dos concursos públicos e detetei uma situação muito curiosa. Nós temos aqui três adjudicações, duas do dia 18 de setembro, embora o adjudicantes seja a Infraestruturas de Portugal, mas é aqui no concelho de Sever do Vouga e temos outra do dia 22, do município, no valor de quatrocentos e oitenta e cinco mil euros. Isto totaliza cerca de um milhão e oitocentos mil euros de investimento em rodovias. Isto vai entroncar naquilo que eu pretendo apresentar. Foi prometida, já há décadas, a requalificação dos acessos à estrada do Porto Carro e à estrada que liga Fontelas à Varziela. Gostaria de saber se este investimento já inclui essa requalificação, dado que eu sei foi feita um concurso público para a estrada de Porto Carro que, aparentemente, não apareceu ninguém para fazer a obra e gostaria de saber se essa estrada está, ou não, novamente a concurso ou se vai ser posta novamente, ou não, a concurso. Em relação a um assunto que foi aqui abordado, que tem a ver com a questão da implantação da antena no Castelo, que é uma zona onde existem, tanto quanto sei, vestígios arqueológicos. Gostaria de saber porque é que foi desmontado um equipamento, porque uma coisa é fazer um equipamento e fazer a manutenção, o que é perfeitamente normal, mas desmontar completamente o equipamento para fazer uma obra nova, de raiz, sem estudo de impacto ambiental, sem pareceres do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, sem discussão pública, sem supostamente o edital que, pelo menos, permita às pessoas saberem o que é que vai ser feito, inclusivamente, neste momento, além das fundações já estarem fechadas, já está o perímetro cercado, nem existe, ou pelo menos não existia ontem ou anteontem, um quadro em que se soubesse quem é o dono da obra, quem é o engenheiro responsável. Com certeza que já projetos de estabilidade, que têm que ser apresentados. Tanto quanto me é dado a saber, eu penso que o presidente da Junta de Cedrim já tem conhecimento desta obra há algum tempo e acho estranho que a Câmara não conheça esta situação. Presumo que dialogam uns com os outros, peço desculpa, mas acho estranho haver aqui algum desconhecimento do que se está a passar ali em cima. Sei que a antena, que vai lá ser colocada, também não percebo porque é que ela não é colocada no Arestal, dado que lá já é um ponto crucial de comunicações, porque é que se vai colocar um antena ali, ou se deixa colocar uma antena ali, numa zona onde existem vestígios arqueológicos. Eram estas questões que eu queria pôr.-----

Laurentina Maia, de São Mateus. Boa noite. Nós temos no lugar, em Paçô, um coreto que está a cair, precisa de obras. Este ano, a mordomia não conseguiu abrir o coreto porque a Câmara não passou as licenças porque aquilo não está em condições. Gostaria de saber o que é que se passa ali. Outra coisa, já no anterior executivo eu pedi, várias vezes, fiz cartas com assinaturas, eu moro quem vai para a zona industrial da Gândara e, quem chega à Capela de São Mateus e corta para dentro, há luz pública até à Fermacar, da Fermacar para a frente não existe mais ninguém. Eu gostaria, se fosse possível, que pusessem iluminação para lá porque é uma zona que até muita gente caminha à noite e agora não consegue e eu também quero ir para casa e não tenho luz.-----
Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----